

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 430, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 957/2024****OF 1041/2024****PLS 101/1999**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, que renova, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 957

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2022, que renova, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Brasília, 29 de agosto de 2024.

Brasília, 1 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 7 de abril de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/04/2022 | Edição: 67 | Seção: 1 | Página: 8

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 4.417, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.







PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1041/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2022, que renova, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/09/2024, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6051034** e o código CRC **9813E967** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8650/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.018541/2019-23.**

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9683812** e o código CRC **AAA7C88E**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8650/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.018541/2019-23.**

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9683812** e o código CRC **AAA7C88E**.


Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e  
Comunicações  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
**Brasília-DF**

Assunto: **Renovação de Outorga por novo período**  
Referência ao Fistel nº 020 080 292 55

**RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA**

**LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 49.903.339/0001-97, com sede no endereço Rua Lourenço Antonelli nº 20, Colina da Barra, na localidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17340-000, por seu representante legal, vem solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, para a execução do Serviço de Radiodifusão de Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Barra Bonita, no Estado de São Paulo, relativo ao período de **25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029**, encaminhando para tanto o requerimento e documentos necessários.

Nestes Termos  
Pede Deferimento  
Barra Bonita (SP), 16 de abril de 2019

  
Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.  
Aurélio Saffi  
sócio administrador

**Endereço para correspondência:**

Rua Lourenço Antonelli nº 20,  
Colina da Barra  
Barra Bonita-SP  
17340-000

# REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda		
CNPJ:	49.903.339/0001-97	CEP da sede:	17340-000
Endereço da sede:	Rua Lourenço Antonelli nº 20, Colina da Barra, Barra Bonita-SP		
E-mail de contato:	89fm@radio89fm.com		
Serviço a ser renovado:	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora	<input checked="" type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029		
Localidade da renovação:	Barra Bonita	UF:	SP

Eu, **Aurélio Saffi**, inscrito no CPF sob o nº **278.304.118-91**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

## DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.** participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



- (c) a **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.** não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.** cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.** não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.** foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.



Aurélio Saffi  
CPF nº 278.304.118-91



## ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
<b>RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRIGENTES</b>	<p>a) prova de que é brasileiro e maior de 18 anos;</p> <p>b) prova de que está quite com a justiça eleitoral.</p>
<b>RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA</b>	<p>c) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p> <p>d) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> <p>e) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>f) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>g) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>h) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;</p> <p>i) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>j) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;</p> <p>k) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e</p> <p>l) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (eng<sup>a</sup> Fátima irá providenciar)</p>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



## CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:

**AURÉLIO SAFFI**

**MARIA HERMINIA GATTO**

MATRÍCULA:

**115659 01 55 1972 2 00040 062 0007184 91**

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

**AURÉLIO SAFFI**

Nascimento: 30/09/1944 Naturalidade: Barra Bonita-SP Nacionalidade: brasileira

Mãe: Tereza Battaiola Saffi

Pai: Cezar Saffi

**MARIA HERMINIA GATTO**

Nascimento: 09/09/1944 Naturalidade: Bariri-SP Nacionalidade: brasileira

Mãe: Evandira Maria Bonatelli Gatto

Pai: Eugenio Gatto Netto

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

Dezesseis de Dezembro de um mil novecentos e setenta e dois

DIA

16

MÊS

12

ANO

1972

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

**AURÉLIO SAFFI**

**MARIA HERMINIA GATTO SAFFI**

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Casamento lavrado no livro B-40, folhas 62 e verso, sob o nº 7184. / Maria Herminia Gatto Saffi FALECEU no 1º Subdistrito de Bauru-SP no dia 04/12/2013; termo de óbito nº 69776, fls. 235 do livro C-165.



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE DA COMARCA DE BARIRI-SP

Avenida Dom Pedro II, nº 231 - Centro - Bariri - SP - CEP: 17.250-000 - Tel: (14) 3662-3399 - e-mail: cariorcivil@acib.com.br

Reconhecido por semelhança a firma de PAULO CELSO DE ALMEIDA JÚNIOR, em documento seu valor econômico, e dou fé. Ex test. de verdade.

Bariri, 12 de dezembro de 2013

R\$ 4,25

JULIANA SAVIAN BARRAKELLI  
escrevente

0095AA024620

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede

Paulo Celso de Almeida Junior  
Oficial de Registro

nesta Cidade e Comarca de Bariri - SP

Avenida Dom Pedro II, nº 231, Centro, CEP: 17.250-000 - Bariri-SP

Telefone: (14) 3662-3399

E-mail: cariorcivil@acib.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Bariri, 12 de dezembro de 2013.



Paulo Celso de Almeida Júnior  
Oficial designado

Custas: Oficial: R\$ 28,96; Ipesp: R\$ 05,79; Total: R\$ 34,75

023800

0898G-AA

0898G-23001-24000-0413







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

NOME:  
CRISTIANO STEFANELLI  
e  
MARCIA CRISTINA SAFFI

MATRÍCULA:  
115964.01.55.2009.2.00026.251.0006917-19

**NOME, NACIONALIDADE, DATA E LOCAL DE NASCIMENTO, FILIAÇÃO**

CRISTIANO STEFANELLI, brasileiro, divorciado, natural de São Paulo, Capital, nascido no dia dezesseis de janeiro de mil novecentos e setenta e tres (16/01/1973), filho de APARECIDO STEFANELLI e de ESTELA FEDATO STEFANELLI.  
MARCIA CRISTINA SAFFI, brasileira, solteira, natural de Jaú, Estado de São Paulo, nascida no dia dez de dezembro de mil novecentos e setenta e seis (10/12/1976), filha de AURELIO SAFFI e de MARIA HERMINIA GATTO SAFFI.

**DATA DE REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)**

vinte e quatro de janeiro de dois mil e nove      DIA      MÊS      ANO  
24      01      2009

**REGIME DE BENS DO CASAMENTO**

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

**NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR**

A contraente passou a assinar MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI.  
O contraente passou a assinar CRISTIANO STEFANELLI (o mesmo nome de solteiro).

**OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES**

OBSERVAÇÕES -> VIDE VERSO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Barra Bonita, 19 de dezembro de 2015.

DANIEL DIAS CRUZ  
Escrevente

Oficial de Registro Civil das Pessoas  
Naturais e de Interdições e Tutelas do  
Município e Comarca de Barra Bonita  
Estado de São Paulo  
Rua Iririo Color Bombonatti, 60 - Centro  
CEP: 17.340-000 Fone/Fax (14)3641-1010  
Michell Azen Rachid  
Oficial de Registro

OFICIAL	IFESP	TOTAL
19,30	3,85	23,15
Digt: fbo		

Oficial de Registro Civil das Pessoas  
Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede  
Daniel Dias Cruz  
ESCREVENTE  
CEP 17340-000-BARRA BONITA-SP





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

NOMES

**AURELIO SAFFI JUNIOR  
E  
FERNANDA MARIA PÉRICO**

MATRÍCULA

**117002.01.55.2017.3.00003.077.0000195-17**

**NOME, ESTADO CIVIL, NACIONALIDADE, DATA E LOCAL DE NASCIMENTO E FILIAÇÃO**

AURELIO SAFFI JUNIOR, nacionalidade brasileira, inscrito no CPF sob o nº 212.951.048-57, solteiro, nascido no dia dezesseis de fevereiro de mil novecentos e setenta e quatro (16/02/1974), natural de Jaú, Estado de São Paulo, filho de AURELIO SAFFI e de MARIA HERMINIA GATTO SAFFI-.-.

FERNANDA MARIA PÉRICO, nacionalidade brasileira, inscrita no CPF sob o nº 308.190.478-13, solteira, nascida no dia catorze de outubro de mil novecentos e oitenta e dois (14/10/1982), natural de Igarapu do Tietê, Estado de São Paulo, filha de FRANCISCO PÉRICO e de MARIA JOSÉ MAGOSSO PÉRICO-.-.

**DATA DE REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)**

dezessete de outubro de dois mil e dezessete

**DIA MÊS ANO**

17

10

2017

**REGIME DE BENS DO CASAMENTO**

Comunhão Parcial de Bens

**NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR**

A contraente passou a assinar FERNANDA MARIA PÉRICO SAFFI.

O contraente continuou a assinar AURELIO SAFFI JUNIOR.

**OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES**

Casamento realizado em catorze de outubro de dois mil e dezessete// (Reg. lavrado no Lv. B-AUX-3, fls. 77-F, nº 195, aos 17/10/2017).-.-.Nada mais me cumpria certificar-.-.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Igarapu do Tietê, 17 de Outubro de 2017.

RICARDO ALESSANDRO NEGRELLI - Oficial Substituto

Oficial de Registro Civil das Pessoas  
Naturais e Tabelião de Notas  
RICARDO ALESSANDRO NEGRELLI  
Substituto - CPF 258.446.618-00  
IGARAÇU DO TIETÊ - SP

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS  
Igarapu do Tietê - Estado de São Paulo  
Rua Joaquim Cardia, 281 Novo Igarapu  
C.E.P. 17350000 - TEL. (14) 3644-1733  
EMAIL: igaracudotietê@arpenap.org.br  
ARY ARRUDA JUNIOR - Oficial

1ª VIA - ISENTA DE EMOLUMENTOS  
Digitada por: ANTONIO CARLOS FIDALGO

11700-2-AA 000006443

11700-2-0065001-0070000-0417



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **AURELIO SAFFI**

Inscrição: **0661 3363 0175**

Zona: 200      Seção: 0019

Município: 62057 - BARRA BONITA

UF: SP

Data de nascimento: 30/09/1944

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - TEREZA BATTAIOLA SAFFI  
- CEZAR SAFFI

Certidão emitida às 11:17 em 14/03/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**GSLR.LELJ.WOLD.FURR**





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI**

Inscrição: **2461 2189 0116**

Zona: 200      Seção: 0092

Município: 62057 - BARRA BONITA

UF: SP

Data de nascimento: 10/12/1976

Domicílio desde: 23/11/1993

Filiação: - MARIA HERMINIA GATTO SAFFI  
- AURELIO SAFFI

Certidão emitida às 10:02 em 18/03/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**LLXP.C8JV.I4XC.ØUM7**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **AURELIO SAFFI JUNIOR**

Inscrição: **1946 2505 0124**

Zona: 200      Seção: 0065

Município: 62057 - BARRA BONITA

UF: SP

Data de nascimento: 16/02/1974

Domicílio desde: 26/06/1990

Filiação: - MARIA HERMINIA GATTO SAFFI  
- AURELIO SAFFI

Certidão emitida às 11:29 em 14/03/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**WØBP.3PQ3.TP7O.FVHM**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

RÁDIO NOVO SCM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

AURÉLIO SAFFI,

brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, à Rua Luiz Stangherlin nº 75, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3 221 381, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do C.I.C. nº 278 304 118.

MÁRIO CEZAR SAFFI,

brasileiro, solteiro, maior, contador, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, à Rua 1º de Março nº 234, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3 742 107, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do C.I.C. nº 415 068 398.

MARIA HERMINIA GAITO SAFFI,

brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, à Rua Luiz Stangherlin nº 75, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 3 740 504, expedida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do C.I.C. nº 049 703 578.

C O N S T I T U E M.

entre si, e na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por quotas de responsabilidade limitada, cujos negócios e gestões serão regidos pelas Cláusulas e condições, a saber:



JUCESP-831.108-76-9 MAR 1976  
REGISTRADO SOB Nº

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
CENTRO DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Oscar Leite Brito  
Secretário Geral

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL - Fl.02 -

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á:

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

e a sua finalidade é a execução dos serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de ONDAS MÉDIAS - OM, FREQUÊNCIA MODULADA - FM, ON DA TROPICAL - OT, SONS E IMAGENS - TELEVISÃO, e outros, mediante a concessão prévia do Ministério das Comunicações, na forma da Lei e da Legislação vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da Sociedade se identificam com o que dispõe o Artigo 3º (terceiro), do Decreto nº 52 795, de 31 de Outubro de 1 963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), consagrando, em nível de prioridade, os programas de natureza EDUCATIVA, INFORMATIVA E RECREANTE, e AO VIVO, paralelamente com as atividades de PUBLICIDADE COMERCIAL compatíveis com o veículo, para suportação dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da Sociedade, tem como endereço a cidade de BARRA BONITA, Estado de São Paulo, à Rua Tiradentes nº 187, podendo habilitar-se em quaisquer Editais para exploração e execução dos serviços de radiodifusão sonora e/ou de Sons e Imagens - Televisão, em qualquer parte do Estado e do País, nos limites fixados pelo Artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1 967.



JUCESP-831.108-76 - 9 MAR 1976  
REGISTRADO SOB Nº

SECRETARIA DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Poderes: Lito, Lito, Secretário Geral

*[Handwritten signatures and initials]*  
massaffi

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

- Fl.03 -

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para vigorar por PRAZO INDETERMINADO, e, suas atividades terão início a partir da data do arquivamento do Contrato Social, na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Se necessária sua dissolução, serão observados os dispositivos de Lei.

CLÁUSULA QUINTA

A Sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, Decretos, Leis, Regulamentos, Portarias e quaisquer outras decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações e/ou de seus de mais órgãos competentes, vigentes ou a vigir, e referentes à legisla<sup>ção</sup> dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

CLÁUSULA SEXTA

A Sociedade se compromete, por seus Diretores e Sócios, a não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social, sem que tenha para isso, sido prévia, plena e legalmente autorizada pelos órgãos competentes do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SÉTIMA

A Sociedade se obriga a manter em seu quadro de funcionários, um número mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros natos.

CLÁUSULA OITAVA

A Sociedade não poderá deter Concessões ou Permissões para executar os serviços de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados pelo Artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1 967.

JUCESP  
REGISTRADO SOB Nº 831108-76 - 9 MAR 1976

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
A GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PREFEITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
*Orlando Leite Rêgo*  
Procurador Geral de Justiça

*Ata:* *R.*  
*mysoffi*



RÁDIO NOVO SCM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

- Fl.04 -

CLÁUSULA OITAVA (CONT.)

§ PRIMEIRO - Os Sócios-Quotistas não poderão, como manda a Lei, integrar o quadro social de outra Concessionária ou Permissionária executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora na cidade em que pretendem instalar a nova emissora, nem em outras localidades do País, em excesso aos limites fixados pelo Artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967.

§ SEGUNDO - Os Sócios-Diretores nomeados, não deverão, em hipótese alguma, participar da direção ou como sócios-quotistas de outra Concessionária ou Permissionária executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora na cidade em que pretendem instalar a nova emissora, como não poderão gozar de imunidade parlamentar, foro especial, e nem mesmo integrar o quadro social de empresas executantes do mesmo serviço em outras localidades do País, em excesso aos limites fixados pelo Artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967.

CLÁUSULA NONA

As quotas representativas do Capital Social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos e são inalienáveis e incaucionáveis direta e indiretamente a estrangeiros e a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA

O Capital Social é de CR\$.200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), representado por 200 (duzentas) quotas, no valor nominal de CR\$.1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma delas, subscritas pelos sócios em moeda corrente nacional da forma que se segue:

JUCESP-831.108-76 - 9 MAR 1976  
REGISTRADO SOB Nº



*Handwritten signatures and the word "messoffi" in cursive script.*



RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL - Fl.05 -

CLÁUSULA DÉCIMA (CONT.)

AURÉLIO SAFFI .....	95 quotas, CR\$.95.000,00;	47,5
MÁRIO CEZAR SAFFI .....	95 quotas, CR\$.95.000,00;	47,5
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI .....	10 quotas, CR\$.10.000,00;	5,0
T O T A I S .....	200 quotas, CR\$.200.000,00.	

§ ÚNICO - De acordo com o Artigo 2º, "In Fine", do Decreto nº 3 708, de 10 de Janeiro de 1 919, cada quotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

O Capital Social da entidade será integralizado em moeda corrente nacional pelos sócios, da forma que se segue:

- (a). Cada sócio integraliza, neste ato, 10% (dez por cento) das quotas por ele subscritas, ou seja, o total de CR\$.20.000,00 (vin te mil cruzeiros);
- (b). Cada sócio se obriga a integralizar 50% (cinquenta por cento) das quotas por ele subscritas, ou seja, o total de CR\$.100.000,00 (cem mil cruzeiros), na data de publicação do Edital de Concor rência, no Diário Oficial da União, pelo Ministério das Comuni cações.
- (c). Cada sócio se obriga a integralizar os restantes 40% (quarenta por cento) das quotas por ele subscritas, ou seja, o valor de CR\$.80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), como integralização do total do Capital Social, 06 (seis) meses após a data de publica ção da outorga se o ato for deferido em nome da Sociedade.

JUCESP-831.108-76 - 9 MAR 1976  
REGISTRADO SOB Nº



*[Handwritten signatures and initials]*



RÁDIO NOVO SCM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL - Fl.06 -

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

As quotas são individuais em relação à Sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

A Sociedade será administrada pelos sócios: AURÉLIO SAFFI, nas funções de Diretor-Gerente e MÁRIO CEZAR SAFFI no exercício do cargo de Diretor-Comercial, cabendo-lhes todos os poderes de administração legal, a representação em Juízo ou fora dele, a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos as gestões sociais e comerciais da empresa, podendo fazê-lo conjunta ou separadamente, para o que se lhes dispensa a prestação de caução.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

O uso da denominação social nos termos da Cláusula Décima-Terceira, deste instrumento, é vedado em fianças, avais, abonos e outros favores estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta Cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

Para o exercício das funções de gerentes, procuradores, locutores e encarregados das instalações técnicas, bem como responsáveis pela orientação intelectual ou administrativa direta ou indiretamente da Sociedade, somente serão admitidos brasileiros natos.



JUCESP-831.108-76 - 9 MAR 1976  
REGISTRADO SOB Nº

SECRETARIA DA JUSTICA  
CERTEJAL - COMISSAO DO ESTADO DE SAO PAULO  
WILLIAM V. SILVA, WILSON V. SILVA, WILSON V. SILVA  
*Orlando Leite Leite*  
Portugal Leite Leite-Deputado Geral

*[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

*maysoffi*

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL - Fl.07 -

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem o consentimento expresso dos demais sócios. Para esse fim, o sócio que pretender se retirar deverá notificar por escrito à Sociedade, dando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação, para que a entidade, através de seus demais sócios, exerça ou renuncie, em condições de igualdade, ao direito de preferência na aquisição de suas quotas. Fica ajustado entre as partes que ao sócio que se retira caberá receber o valor das quotas integralizadas e representativas de seu capital e mais os lucros apurados em balanço previamente aprovado pelos sócios e cujo pagamento será feito em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros.

§ ÚNICO - A saída do sócio será objeto, na oportunidade, de alteração do Contrato Social, submetendo-a à anuência prévia do Ministério das Comunicações para, posteriormente, ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA

O falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios não dissolverá necessariamente a Sociedade, ficando herdeiros e sucessores ou o representante legal nomeado, subrogados nos direitos e obrigações do "de cujos" ou interdito, podendo nela fazer-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais.

segue:

REGISTRADO SOB Nº 831.108-76 - 9 MAR 1976

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
LA COMARCA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CERTIDÃO DE REGISTRO DO JUIZ DE DIREITO  
RUI ALMEIDA DA SILVA, JUIZ DE DIREITO  
Petição de Interdição  
Petição de Interdição

*[Handwritten signatures and text]*  
Rui Almeida da Silva  
Rui Almeida da Silva  
Rui Almeida da Silva



RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

- Fl.08 -

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA (CONT.)

§ PRIMEIRO - Mediante consenso unânime entre os sócios supêrstitos, os herdeiros ou sucessores poderão ingressar na Sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto à sua capacidade jurídica e se observe a anuência prévia dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais.

§ SEGUNDO - Se herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na Sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para esse fim, e serão pagos em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros, a quem legalmente autorizado.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA

A 31 de Dezembro de cada ano levantar-se-á um Balanço Geral das atividades da empresa. O Balanço levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do Extrato da Conta de Lucros e Perdas.

§ ÚNICO - Se acusados forem prejuízos, os mesmos serão cobertos através de nova integralização do Capital Social, em parte proporcional ao número de quotas de cada sócio, sempre em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, o foro da Sociedade, para solução de quaisquer dúvidas que eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

- 9 MAR 1976

*Personal best: 2:21.74*  
 Personal: Laila Bellin-Sørensen (Denmark)

The image shows two handwritten signatures in blue ink. On the left is the signature of Adolf Hitler, which is a stylized, somewhat abstract representation of his name. On the right is the signature of Benito Mussolini, which is more fluid and cursive, with a long, sweeping flourish at the end. The signatures are written on a light-colored, textured background.



RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

- F1.09 -

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3 708, de 10 de Janeiro de 1 919, a cuja fiel observância como das demais Cláusulas deste compromisso, se obrigam todos os Diretores e Sócios.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE CONTRATO SOCIAL, EM 04 (QUATRO) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, FAZENDO-O PERANTE AS TESTEMUNHAS DE LEI.

Barra Bonita (SP), 09 de Fevereiro de 1 976.

AURÉLIO SAFFI

MÁRIO CEZAR SAFFI

MARIA HERMINIA GATTO SAFFI

9.º CARTÓRIO DE NOTAS

Rua Quirino de Andrade, 241 - Fone 33-2042 - S. P.

Reconheço por semelhança a firma de

Aurilio Saffi, Maria Cezar Saffi,

Maria Herminia Gatto Saffi.

- segue:

TJUCESP-831.108-76  
REGISTRADO SOB Nº

- 9 MAR 1976

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PREFEITO DE SÃO PAULO  
PERCEVAL LIMA BRITO - Secretário Geral



*Perceval Lima Brito*



RÁDIO NOVO SCM DE BARRA BONITA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

- Fl.10 -

Uso da razão social:

RÁDIO NOVO SCM DE BARRA BONITA LTDA.

AURÉLIO SAFFI  
Diretor Gerente

MÁRIO CEZAR SAFFI  
Diretor Comercial

Testemunhas:

Antônio Sth. Machado

Joãoildo Lima Cavalcanti

SÉCS. ESTADUAIS E DA CARTEIRA E DAS  
SERVENTIAS, RECOLHIDOS P/ VERBA

9.º CARTÓRIO DE NOTAS

Rua Quirino de Andrade, 241 - Fone 33-2042 - S. P.

Reconheço por semelhança a firma

Aurilio Saffi Mário Cezar Saffi  
Antônio Sth. Machado Joãoildo  
Lima Cavalcanti

S. Paulo 24 de FEV. de 1978

Em testº da verdade,

LUÍZ MARIN  
MOACIR GARDINAL } Escreventes Autorizados  
TOT. POR ATO CR\$ 2,60



JUCESP-831108-76 - 9 MAR 1976  
REGISTRADO SOB Nº

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
PROCURADOR GERAL  
*Osvaldo F. R. R. R.*  
PROCURADOR GERAL

*[Faint, mostly illegible text and markings, possibly a stamp or signature area]*

*[Faint, mostly illegible text and markings]*

DE CARTÓRIO DE NOTAS  
*[Faint, mostly illegible text and markings]*

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CGC Nº 49 903 339/0001-97

Fl. 02

Únicos sócios de

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.,  
com sede na cidade de Barra Bonita, Es-  
tado de São Paulo, cujo Contrato Social se encontra devida-  
mente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo,  
sob nº 831 108, em sessão de 09 de março de 1 976,

RESOLVEM,

de comum acordo, e na melhor forma de  
direito, promover a alteração das Cláu-  
sulas Terceira e Décima do Contrato Social primitivo, que  
passam a ter a seguinte redação para os efeitos, abaixo ce-  
lebrados.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Sociedade terá foro e sede na cidade de Barra Bonita, Es-  
tado de São Paulo, à Rua Lourenço Antonelli, nº 20, podendo  
habilitar-se em quaisquer Editais para exploração e execu-  
ção dos Serviços de Radiodifusão Sonora e/ou de Sons e Imá-  
gens - Televisão, em qualquer parte do Estado e do País, nos  
limites fixados pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236, de  
28 de fevereiro de 1 967.

NO 1.172-1-83

08 FEB 1983

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
JUNTA CONSTITUCIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CERTIDÃO CANCELADA POR ESTERILIZAÇÃO DO REGISTRO  
DO NÚMERO 6.418 E 6.419 DO JORNAL "O PAZ" DE 1914



RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CGC Nº 49 903 339/0001-97

AURÉLIO SAFFI

Brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, à Rua Luiz Stan gherlin, nº 75, portador da Cédula de Identidade RG de nº 3 221 381, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CIC nº 278 304 118-91;

MÁRIO CEZAR SAFFI

Brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, à Avenida da Saudade, nº 111, portador da Cédula de Identidade RG de nº 3 742 107, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CIC nº 415 068 398-00;

MARIA HERMINIA GATTO SAFFI

Brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, à Rua Luiz Stan gherlin, nº 75, portadora da Cédula de Identidade RG de nº 3 740 504, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CIC nº 049 703 578-20;

08 FEV 1983

RECEBIDO  
RECEB. RA00 SOB Nº 11.172-1=83

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CERTIDÃO Certificando que esta declaração foi registrada  
em número e data e stamp. 10/02/83  
Rubens Abreu - Secretário



RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CGC Nº 49 903 339/0001-97

Fl. 03

CLÁUSULA DÉCIMA

1.1. O Capital Social de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), fica elevado, neste ato, para Cr\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), representado por 1.800 (um mil e oitocentas) cotas, no valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), cada uma delas, resultante do aproveitamento de:

a - Lucros em Suspense.....	Cr\$ 160.000,00
b - Reservas de Avaliação .....	Cr\$ <sup>353</sup> 535,000,00
c - Moeda Corrente Nacional .....	Cr\$ 1.087.000,00
d - Capital Social integralizado nos termos da Cláusula Décima-Primeira do Contrato Social .....	Cr\$ 200.000,00

Cr\$ 1.800.000,00

1.2. O aumento de que trata as letras a, b e c do item 1.1., retro mencionado, é distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

AURÉLIO SAFFI .....	Cr\$ 760.000,00
MARIO CEZAR SAFFI .....	Cr\$ 760.000,00
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI .....	Cr\$ 80.000,00
	<u>Cr\$ 1.600.000,00</u>

08 FEV 1983

RECEBIDO SOB Nº 1.172-1-83

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
JUNTA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CERTIFICADO QUE este documento foi recebido  
em número e data este documento em 08/02/83  
Rubens Adolfo de Souza  
Julius Rubens

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CGC Nº 49 903 339/0001-97

Fl. 04

- 1.3. Em decorrência do aumento do Capital Social devidamente integralizado em moeda corrente nacional, sua distribuição observa expressamente a mesma proporcionalidade disposta no Contrato Social entre os sócios, a saber:

<u>SÓCIOS</u>	<u>COTAS</u>	<u>Cr\$</u>	<u>VALORES</u>
AURÉLIO SAFFI .....	855	Cr\$	855.000,00
MARIO CEZAR SAFFI .....	855	Cr\$	855.000,00
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI. ....	90	Cr\$	90.000,00
TOTAIS .....	1.800	Cr\$	1.800.000,00

§ ÚNICO

De acordo com o Artigo 2º "In Fine", do Decreto nº 3 708, de 10 de janeiro de 1 919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Continuam em vigor e plenamente todas as demais Cláusulas do Contrato Social original, não modificadas ou derogadas pela presente alteração.



08 FEV 1983

RECEBIDO SOB Nº 1.172-1-83

SECRETARIA DA JUSTIÇA  
JUNTA CONJUNTA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CERTIDÃO Declara que este documento é autêntico  
pelo número e data e está em conformidade com o original  
Humberto Assis de Almeida

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CGC Nº 49 903 339/0001-97

Fl. 05

E POR ESTAREM DE ACORDO, ASSINAM A PRESENTE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, EM 04 (QUATRO) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, FAZENDO-O PERANTE AS TESTEMUNHAS DE LEI.


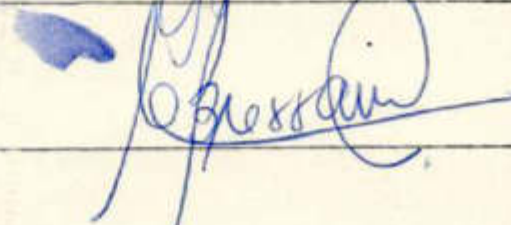
Barra Bonita (SP), 03 de janeiro de 1983.

  
AURELIO SAFFI

  
MARIO CEZAR SAFFI

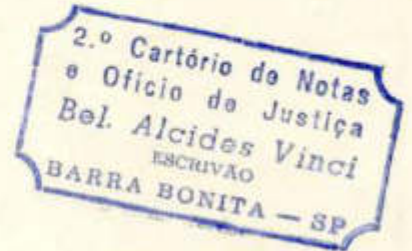
  
MARIA HERMINIA CATTO SAFFI

TESTEMUNHAS:

As partes ALBERTO DE AURELIO  
SAFFI, MARCO CEZAR SAFFI, MARIA HERMINIA  
GATTO SAFFI, RUY GOMES DA SILVA  
CELSO AUGUSTO BRESSANIM  
Barra Bonita 01 FEV. 1983  
Em testemunho [assinatura] da verdade

GUIAS ESTADUAIS E DA CARTUBA DAS SERVIDADES  
RECOLHIDOS P/ GUIAS



RAO SOB NO 11.172-1-83

08 FEV 1983

SECRETARIA DA JUSTICA  
JUSTA SCIENTIAL DO ESTADO DE SAO PAULO  
CERTIDAO QUEM...  
com numero e data e simbolos...



RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CSC Nº 49.90 2-0001-97

UNICOS SÓCIOS COMPONENTES DE,-

RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA  
LTDA., com sede e foro jurídico na cidade de BARRA BONITA,  
Estado de São Paulo, à Rua Lourenço Antonelli, nº 20, cujo  
Contrato Social se encontra devidamente arquivado na Junta  
Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 831.108, em sessão  
de 09 de Março de 1.976, posteriormente alterado sob nº  
11.172, em sessão de 08 de Fevereiro de 1.983.

R E S O L V E M ,

de comum acordo e na melhor forma de direi  
to, promover a Segunda Alteração de Contrato Social, para  
os efeitos legais que é objeto.

DE CONVERSÃO DE CAPITAL SOCIAL AO NOVO PADRÃO MONETÁRIO

A.- Com fundamento na Medida Provisória nº 032, do Governo Fede  
ral, de 15 de Janeiro de 1.989, publicada no Diário Oficial  
da União de 16 de Janeiro de 1.989, a situação econômica e  
financeira da Sociedade é adaptada à atual política aplica  
da pela legislação em vigor, e passa a adotar o CRUZADO NO  
VO como moeda corrente nacional, acomodando as expressões  
monetárias de seus resultados, aos valores correspondentes  
à sistemática da conversão.

B.- O CAPITAL SOCIAL de Cr\$ 1.800.000,00 ( um milhão e oitocen  
tos mil cruzeiros), representado por 1.800 ( um mil e oito  
centas) cotas, no valor nominal unitário de Cr\$ 1.000,00 (um  
mil cruzeiros), é convertido para R\$ 1.800,00 ( um mil e  
oitocentas cruzados novos) representado por 1.800 ( mil e  
oitocentas) cotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um  
cruzado novo), e quantificado entre os sócios, como segue:

(Cont.)

SÓCIOS	COTAS	Ncz\$-VALORES
AURÉLIO SAFFI	855	855,00
MARIO CEZAR SAFFI	855	855,00
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI	90	90,00
<b>T O T A I S :</b>	<b>1.800</b>	<b>1.800,00</b>

## 02.- DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

O CAPITAL SOCIAL de Ncz\$ 1.800,00 ( um mil e oitocentos ' cruzados novos). é elevado, neste ato, para Ncz\$ 5.000,00 ( cinco mil cruzados novos).

### CLÁUSULA

O CAPITAL SOCIAL é de Ncz\$ 5.000,00 ( cinco mil cruzados novos), representado por 5.000 ( cinco mil) cotas, no valor nominal unitário de Ncz\$ 1,00 ( um cruzado novo), integralizado em moeda corrente nacional, com a participação dos sócios, a saber:

SÓCIOS	COTAS	Ncz\$-VALORES
AURÉLIO SAFFI	2.375	2.375,00
MARIO CEZAR SAFFI	2.375	2.375,00
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI	250	250,00
<b>T O T A I S :</b>	<b>5.000</b>	<b>5.000,00</b>

### Ú N I C O :

*A responsabilidade dos sócios, nos termos do Artigo 20 "In Fine", do Decreto nº 3.708, de 10 de Janeiro de 1.919, é limitada à totalidade do Capital Social.*

## 03.- DE INCLUSÃO DE CLÁUSULA

E aditada a Cláusula DÉCIMA TERCEIRA do Contrato Social primitivo, exigência Governamental, nos termos, a seguir:



10 08 89

## S U M U L A :

1. Adaptação dos valores monetários ao período novo.
2. Aumento de Capital Social.

As partes contratantes da presente Alteração de Contrato Social, a seguir nomeadas:

ARMILIO SAFFI

brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de BARRA BONITA, Estado de São Paulo, à Rua Luiz Stangherlin, nº 75, portador da Cédula de Identidade - RG de nº 3.221.381, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CIC nº 274.304.118-91;

MARIO CESAR SAFFI

brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na cidade de BARRA BONITA, Estado de São Paulo, à Avenida da Saudade, nº 111, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.742.107, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CIC nº 415.068.392-00;

MARIA BERNINIA GATTO SAFFI

brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de BARRA BONITA, Estado de São Paulo, à Rua Luiz Stangherlin, nº 75, portadora da Cédula de Identidade - RG nº 3.742.104, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CIC nº 049.703.578-20;



03.- DE INCLUSÃO DE CLÁUSULA


Por atos e sua investidura nos cargos somente poderá  
correr em nome do Estado de São Paulo pelo Ministério das  
Comunicações.

04.- DE DEMAIS CLÁUSULAS


Com exceção daquelas aqui enunciadas, permanecem inalteradas e em vigor, as demais cláusulas do Contrato Social primitivo, não modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, AS  
SIGNAM A PRESENTE ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR, PERANTE  
TESTEMUNHAS DE LEI.

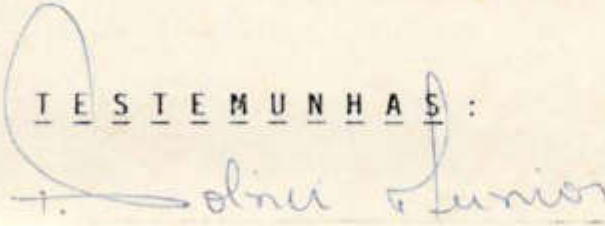
SÃO PAULO, 19 de Maio de 1.989

  
AURÉLIO SAFFI

  
MARIO CEZAR SAFFI

  
MARIA HERMÍNIA GATTO SAFFI

T E S T E M U N H A S :

1.   
Volnei Trevisanuto Junior, Res. em Barra Bonita -SP, RG Nº  
18.861.684, CIC Nº 096.344.888-97.

2.   
Domingos Miguel Ursini Neto, Res. em Barra Bonita -SP RG Nº

18.036.678, CIC Nº 104.533.468-55.

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO  
395896/99-0



RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME.

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ N° 49.903.339/0001-97

Os abaixo assinados:

AURÉLIO SAFFI, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita-SP, na Rua Luiz Stangherlin, n° 75, portador do RG n° 3.221.381/SSP-SP e CPF sob n° 278.304.118-91;

MÁRIO CEZAR SAFFI, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita-SP, na Rua Coronel Virgílio, n° 365, portador do RG n° 3.742.107/SSP-SP e CPF sob n° 415.068.398-00;

MARIA HERMINIA GATTO SAFFI, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Barra Bonita-SP, na Rua Luiz Stangherlin, n° 75, portadora do RG n° 3.740.504/SSP-SP e CPF sob n° 049.703.578-20, únicos sócios da empresa: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA-ME, cujo contrato social encontra-se devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob n° 831.108 em 09.03.1976, NIRE sob n° 35.2.0218560-4 e alterações posteriores, Primeira Alteração Contratual sob n° 11.172/83 em 08.02.1983, Segunda Alteração Contratual sob n° 757.672 em 19.06.1989, tem entre si justo e combinado, e na melhor forma de direito, promover as seguintes alterações:



JUCESP  
1989

I - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA II (SEGUNDA) DA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

O capital social da empresa é de Ncz\$ 5.000,00 (Cinco Mil Cruzados Novos), expressão monetária em 19.05.1989, divididos em 5.000 (Cinco Mil) cotas no valor unitário de Ncz\$ 1,00 (Hum Cruzado Novo), totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

Neste ato os sócios resolvem alterar o capital social da empresa para R\$ 10.000,00 (dez Mil Reais), divididos em 10.000 (Dez Mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (Hum Real), integralizada na seguinte forma, como segue: integralizado R\$ 2.541.98 (dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos) representado pela reserva de correção monetária do Capital Social, e integralizado R\$ 7.458.02 ( sete mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e dois centavos) em moeda corrente do país e dividido entre os sócios em partes desiguais.

O capital social fica assim constituído:

AURÉLIO SAFFI	4.500 Cotas	R\$ 4.500,00	45%
MÁRIO CEZAR SAFFI	4.500 Cotas	R\$ 4.500,00	45%
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI	<u>1.000 Cotas</u>	<u>R\$ 1.000,00</u>	10%
TOTAL .....	10.000 Cotas	R\$ 10.000,00	

II - A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social.


III - As demais cláusulas do primitivo contrato social e alterações posteriores, permanecem sem quaisquer modificações.




E, por estarem assim, justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Barra Bonita, 08 de julho de 1999.


**Assinatura dos Sócios**

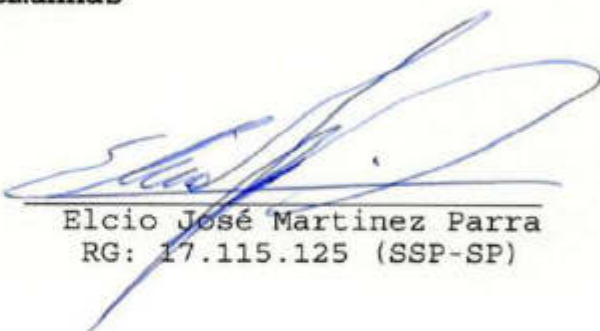
  
Aurélio Saffi

  
Mário Cezar Saffi

  
Maria Herminia Gatto Saffi

**Testemunhas**

  
Cleomar Vilela  
RG: 12.529.053 (SSP-SP)

  
Elcio José Martinez Parra  
RG: 17.115.125 (SSP-SP)



**SINGULAR**



JUCESP PROTOCOLO  
269774/99-3

173



**RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME  
RE-RATIFICAÇÃO DA TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
CNPJ Nº 49.903.339/0001-97**

Os abaixo assinados:

**AURÉLIO SAFFI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita-SP, na Rua Luiz Stangherlin, nº 75, portador do RG nº 3.221.381/SSP-SP e CPF sob nº 278.304.118-91;

**MÁRIO CEZAR SAFFI**, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na cidade de Barra Bonita-SP, na Rua Coronel Virgílio, nº 365, portador do RG nº 3.742.107/SSP-SP e CPF sob nº 415.068.398-00;

**MARIA HERMINIA GATTO SAFFI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Barra Bonita-SP, na Rua Luiz Stangherlin, nº 75, portadora do RG nº 3.740.504/SSP-SP e CPF sob nº 049.703.578-20, únicos sócios da empresa: **RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA-ME**, cujo contrato social encontra-se devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 831.108 em 09.03.1976, NIRE sob nº 35.2.0218560-4 e alterações posteriores, Primeira Alteração Contratual sob nº 11.172/83 em 08.02.1983, Segunda Alteração Contratual sob nº 757.672 em 19.06.1989, Terceira Alteração Contratual sob nº 140.488/99-6 em 19.08.1999, tem entre si justo e combinado, e na melhor forma de direito, promover a seguinte re-ratificação:

I - Neste ato efetua-se a retificação da Terceira Alteração Contratual, cláusula I (Primeira), onde constou erroneamente a distribuição do capital social, onde lê-se: O capital social fica assim distribuído:

AURÉLIO SAFFI	4.500	Cotas	R\$ 4.500,00	45%
MÁRIO CEZAR SAFFI	4.500	Cotas	R\$ 4.500,00	45%
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI	1.000	Cotas	R\$ 1.000,00	10%
TOTAL .....	10.000	Cotas	R\$ 10.000,00	

O correto é: O capital social fica assim distribuído:

AURÉLIO SAFFI	4.750	Cotas	R\$ 4.750,00	47,50%
MÁRIO CEZAR SAFFI	4.750	Cotas	R\$ 4.750,00	47,50%
MARIA HERMINIA GATTO SAFFI	500	Cotas	R\$ 500,00	5,00%
TOTAL .....	10.000	Cotas	R\$ 10.000,00	

JUCESP

01

**II - As demais cláusulas do primitivo contrato social e alterações posteriores, permanecem sem quaisquer modificações.**

E, por estarem assim, justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Barra Bonita, 28 de Outubro de 1999.

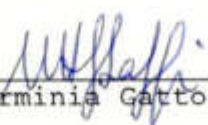
**Assinatura dos Sócios**



Aurélio Saffi




Mário Cezar Saffi

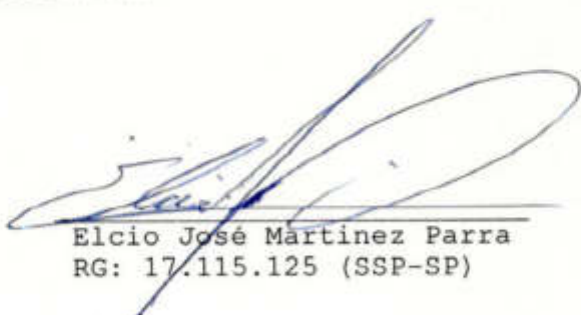


Maria Herminia Gatto Saffi

**Testemunhas**



Cleomar Vilela  
RG: 12.529.053 (SSP-SP)



Elcio José Martinez Parra  
RG: 17.115.125 (SSP-SP)





## **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.- ME**

### **QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**CNPJ Nº 49.903.339/0601-97**

**AURÉLIO SAFFI**, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, advogado, residente e domiciliado na Rua Luiz Stangherlin, nº 75 – Centro – Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 3.221.381 - SSP/SP e CPF nº 278.304.118-91; **MÁRIO CEZAR SAFFI**, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, professor, residente e domiciliado na Rua Coronel Virgílio, nº 365 – Centro – Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 3.742.107 - SSP/SP e CPF nº 415.068.398-00 e **MARIA HERMÍNIA GATTO SAFFI**, brasileira, casada no regime de comunhão universal de bens, professora, residente e domiciliada na Rua Luiz Stangherlin, nº 75 – Centro – Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 3.740.504 – SSP/SP e CPF nº 049.703.578-20, únicos sócios componentes da Sociedade que nesta praça gira sob a denominação de **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. – ME**, com sede na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, com contrato social arquivado na Junta Comercial em 09/03/1976, NIRE nº 35202185604, de São Paulo, com última alteração arquivada sob nº 165.289/99-5 em 12.11.1999, **RESOLVEM** alterá-lo e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições: 1) Admitir novo cotista 2) Permitir retirada de sócios, 3) Transferir cotas do capital; 4) Alterar Diretoria; e 5) Consolidar o contrato social, dando nova redação ao mesmo, ad-rogando, derogando ou modificando cláusulas contratuais, ou acrescentando outras, a fim de torná-lo consentâneo com a legislação em vigor, o que fazem de comum acordo e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas seguintes deste instrumento:

**CLÁUSULA I** - É admitida na Sociedade como sócia cotista **MÁRCIA CRISTINA SAFFI**, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada na Rua Luiz Stangherlin, nº 75 – centro - Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 26.288.177-9 - SSP/SP e CPF nº 212.951.028-03.

**CLÁUSULA II** - Nesta data, por não mais lhe convir permanecer na Sociedade, dela se retira a cotista **MARIA HERMÍNIA GATTO SAFFI**, possuidora de 500 (quinhentas) cotas, cedendo e transferindo neste ato, 200 (duzentas) cotas para **MÁRCIA CRISTINA SAFFI**, pelo valor de R\$ 200,00 (duzentos reais); e transfere o restante de 300 (trezentas) cotas ao sócio remanescente **AURÉLIO SAFFI**, acima qualificado, pelo valor de R\$ 300,00 (trezentos reais); e **MARIO CEZAR SAFFI**, possuidor de 4.750 (quatro mil, setecentas e cinquenta) cotas, transfere a totalidade delas para o sócio **AURÉLIO SAFFI**, pelo valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA III** - Os sócios cedentes e cessionários declaram estar de acordo com o previsto na cláusula anterior e, recebendo os valores, outorgam-se mútua e recíproca quitação pela cessão, transferência e alienação das cotas do capital social da entidade.

**CLÁUSULA IV** - Face as decisões tomadas de comum acordo entre os cotistas, o capital social que é R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) de cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, fica assim distribuído entre os cotistas:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
1. AURÉLIO SAFFI	9.800	9.800,00
2. MÁRCIA CRISTINA SAFFI	200	200,00
TOTAL	10.000	10.000,00

**CLÁUSULA V** - A responsabilidade dos sócios, nos termos do art. 1.052, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.





**CLÁUSULA VI** - Exonera-se do cargo de Diretor-Comercial, o cotista Mário Cezar Saffi, alterando-se em decorrência a Cláusula XIII de primitivo Contrato social, que passa a ter a seguinte redação:

“**CLÁUSULA XIII** – Permanece indicação para administrar a sociedade, no cargo de Sócio-Administrador, o cotista **Aurélio Saffi**, que é eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.”

**CLÁUSULA VII** - A fim de torná-lo consentâneo com a legislação em vigor, resolvem os cotistas **abrogar**, derrogar, modificar cláusulas contratuais, ou acrescentar outras, dando nova redação ao Contrato Social, pelo qual, doravante, passará a se reger a Sociedade e que se fica assim redigido:

## **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - ME**

### **CONTRATO SOCIAL**

CNPJ Nº 49.903.339/0001-97

**CLÁUSULA I** - A sociedade gira sob a denominação de **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - ME** e terá como principal objetivo execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, ONDAS MÉDIAS (OM), FREQUÊNCIA MODULADA (FM), ONDA TROPICAL (OT) e SONS E IMAGENS (TV), seus serviços afins ou correlato, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

**CLÁUSULA II** - A sede da Sociedade é na Rua Lourenço Antonelli, nº 20 – Colina da Barra – Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17340-000, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

**CLÁUSULA III** - O Foro da Sociedade será o da comarca de Barra Bonita, Estado de São Paulo, eleito para conhecer e decidir em primeira instância, as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

**CLÁUSULA IV** - O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimento dos sócios, observando quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

**CLÁUSULA V** - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) cotas de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, ficando assim distribuídas entre os cotistas:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
AURÉLIO SAFFI	9.800	9.800,00
MÁRCIA CRISTINA SAFFI	200	200,00
TOTAL	10.000	10.000,00

**CLÁUSULA VI** - A subscrição e integralização do capital social encontra-se efetuada pelos sócios em moeda corrente nacional, na proporção das cotas possuídas.

**CLÁUSULA VII** - A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.





**CLÁUSULA VIII** - As cotas representativas do capital social são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

**CLÁUSULA IX** - As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

**CLÁUSULA X** - A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

**Parágrafo Primeiro** - É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros;

**Parágrafo Segundo** - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

**CLÁUSULA XI** - Os administradores da Entidade serão brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

**CLÁUSULA XII** - O quadro de funcionários da Entidade será formado preferentemente de brasileiros, ou constituído, pelo menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

**CLÁUSULA XIII** - Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

**CLÁUSULA XIV** - A sociedade será administrada por um ou mais de seus cotistas, sob a denominação que lhes for dada quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na Cláusula XI deste instrumento, aos quais compete, "in solidum" ou cada um de per si, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal, atribuições e os poderes que a lei confere aos administradores de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

**CLÁUSULA XV** - Fica indicado para administrar a Sociedade, no cargo de Sócio-Administrador o cotista Aurélio Saffi, que é eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

**CLÁUSULA XVI** - O Sócio-Administrador, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procurador para a prática de atos de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição.

**CLÁUSULA XVII** - É expressamente proibido ao Sócio-Administrador, ao procurador nomeado para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social, assim como em nome da Sociedade, prestar fiança, caução, aval, ou endosso de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

**CLÁUSULA XVIII** - A título de pró-labore, o Sócio-Administrador poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre os cotistas que representem a maioria do capital social, para vigor num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual, não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da empresa e, como tal, dedutível da receita bruta.





**CLÁUSULA XIX** - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço, pelo número de cotas.

**CLÁUSULA XX** - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido, ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após autorização do Poder Público.

**CLÁUSULA XXI** - No caso de morte de sócio a sociedade não será dissolvida e terá o cônjuge supérstite ou os herdeiros a faculdade de optar entre:

a - a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização do Poder Público Concedente; ou,

b - o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, nas condições da Cláusula XIX deste instrumento, caso, por motivo qualquer não possa ingressar na Sociedade.

**CLÁUSULA XXII** - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da cláusula anterior, as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou herdeiro, em 30 (trinta) prestações iguais, mensais e sucessivas.

**CLÁUSULA XXIII** - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto n.º 52.795/63, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 91.837/85.

**CLÁUSULA XXIV** - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

**CLÁUSULA XXV** - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA XXVI** - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

**CLÁUSULA XXVII** - A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Público Concedente.

**CLÁUSULA XXVIII** - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade-fim.

**CLÁUSULA XXIX** - Não sendo ou deixando de ser permissionária, ou concessionária de serviço de radiodifusão, a Sociedade poderá alterar quaisquer das cláusulas, sem consentimento prévio do Poder Público Concedente.



**CLÁUSULA XXX** - O início das atividades da Sociedade deu-se em 09/03/1976, data de arquivamento do instrumento primitivo de sua constituição no órgão competente.

**CLÁUSULA XXXI** - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento redigido em 03 (três) vias de igual teor e forma, no anverso de 06 (seis) laudas, o qual foi lido e achado conforme, juntamente com as testemunhas presenciais abaixo indicadas, após o que o levarão a registro e arquivamento no órgão competente, para que produza os efeitos legais.

Barra Bonita, 21 de julho de 2003

  
AURÉLIO SAFFI

MARIO CEZAR SAFFI

  
MARIA HERMENEGILDO SAFFI

  
MÁRCIA CRISTINA SAFFI

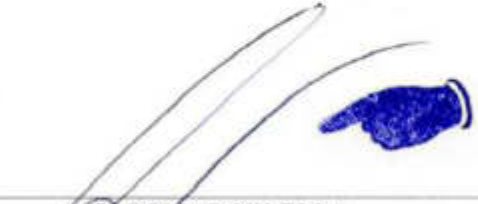
#### USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

**RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - ME**

  
AURÉLIO SAFFI  
sócio-administrador

#### TESTEMUNHAS:

  
ELCIO MARTINEZ PARRA  
RG/SSP/SP n.º 17.115.125

  
CLEOMAR VILELLA  
RG/SSP/SP n.º 12.529.053



**JCESP**



FIRMA NO 11 - CARTÓRIO DE NOTAS  
Rua Domingos de Moraes, 1788  
JOÃO PAULO - CAPITAL

**TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE  
LETRAS E TÍTULOS - BARRA BONITA - SP**  
Bel. JOÃO BENJAMIM - Tabelão - F (014) - 641-0229  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s)

*Américo Joffe (3) - Maria de  
30x Joffe - Maria Kremer -  
ma gatti Joffe - Maria  
Lúcia Joffe - Elcio Joffe  
Martinez - Maria e Dels  
mar Vilela*

Data - Barra Bonita - SP **28 JUL 2004**  
Em Teste

Seios Pago Por Valor **3,50**  
Valor recebido por firma - R\$  
☒ JAIR RISATTI - Tabelão Designado  
☐ ROBLES MANFIRATO PINOCELLO - Subst. Designado  
☐ NANA DOS SANTOS SPONCHIADO - Subst. Designado  
☒ SIRLEY LASBEK BENJAMIM - Subst. Designado

**TABELÃO DE NOTAS E DE  
PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**  
BARRA BONITA-SP  
BY LASBEK BENJAMIM  
Substituto Designado  
BARRA BONITA-SP  
ECONÔMICO 2  
0097AA000962

**TABELÃO DE NOTAS E DE  
PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**  
BARRA BONITA-SP  
BY LASBEK BENJAMIM  
Substituto Designado  
BARRA BONITA-SP  
ECONÔMICO 2  
0097AA000963

**TABELÃO DE NOTAS E DE  
PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**  
BARRA BONITA-SP  
BY LASBEK BENJAMIM  
Substituto Designado  
BARRA BONITA-SP  
ECONÔMICO 2  
0097AA000964

**TABELÃO DE NOTAS E DE  
PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**  
BARRA BONITA-SP  
BY LASBEK BENJAMIM  
Substituto Designado  
BARRA BONITA-SP  
ECONÔMICO 1  
0097AA002035

**RÁDIO NOVO SGM DE BARRA BONITA LTDA.- ME**

**QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**CNPJ Nº 49.903.339/0001-97**

**AURÉLIO SAFFI**, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, Advogado, residente e domiciliado na Rua Luiz Stangherlin, nº 75 – Centro – Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 3.221.381 - SSP/SP e CPF nº 278.304.118-91; e

**MÁRCIA CRISTINA SAFFI**, brasileira, solteira, Advogada, residente e domiciliada, atualmente, na Rua Antenor Balsi, nº 181 – Vila Narcisa - Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 26.288.177-9 - SSP/SP e CPF nº 212.951.028-03, únicos sócios componentes da Sociedade que gira sob a denominação de **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. – ME**, com sede na Rua Lourenço Antonelli, nº 20 – Colina da Barra – Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17340-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial em 09/03/1976, NIRE nº 35202185604, de São Paulo, com última alteração arquivada sob nº 293.631/04-9 em 27.07.2004, **RESOLVEM** alterá-lo apenas quanto ao nome da sócia cotista, mediante a cláusula seguinte deste instrumento:

**CLÁUSULA I** – Tendo vista seu casamento, fica alterado o nome da sócia cotista para **MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, Advogada, residente e domiciliada na Rua Antenor Balsi, nº 181- Vila Narcisa - Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 26.288.177-9 - SSP/SP e CPF nº 212.951.028-03.

**CLÁUSULA II** – As demais cláusulas do contrato social consolidado permanecem inalteradas e sem qualquer modificação.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento redigido em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual foi lido e achado conforme, juntamente com as testemunhas presenciais abaixo indicadas, após o que o levarão a registro e arquivamento na JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que produza os efeitos legais.

Barra Bonita, 29 de agosto de 2011

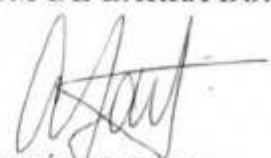


  
AURÉLIO SAFFI

  
MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI

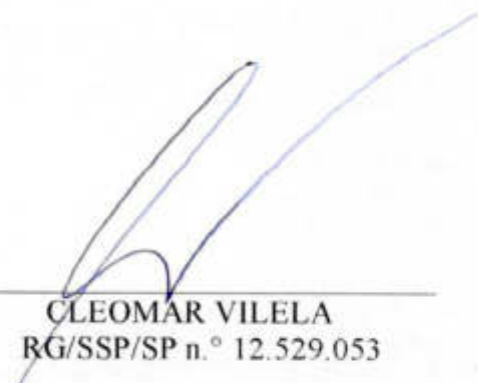
**USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**

  
AURÉLIO SAFFI  
sócio-administrador

**TESTEMUNHAS:**

  
ELCIO JOSÉ MARTINEZ PARRA  
RG/SSP/SP n.º 17.115.125

  
CLEOMAR VILELA  
RG/SSP/SP n.º 12.529.053



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO KATIA REGINA BUENO DE CODOY  
SECRETARIA GERAL

400.873/11-4



**JUCESP**



**RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - ME**  
**SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
CNPJ nº 49.903.339/0001-97 - NIRE nº 35202185604

Os abaixo assinados:

**AURÉLIO SAFFI**, brasileiro, viúvo, advogado, residente e domiciliado na Rua Luiz Stangherlin, nº 75, Centro, Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 3.221.381-5 - SSP/SP e CPF nº 278.304.118-91; e

**MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, Advogada, residente e domiciliada, na Rua Antenor Balsi, nº 181, Vila Narcisa - Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 26.288.177-9 - SSP/SP e CPF nº 212.951.028-03, únicos sócios componentes da Sociedade que gira sob a denominação de **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - ME**, com sede na Rua Lourenço Antonelli, nº 20, Colina da Barra, Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17340-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, com NIRE nº 35202185604 em 09/03/1976; Primeira Alteração Contratual registrada sob nº 11.172/83 em 08/02/1983; Segunda Alteração Contratual registrada sob nº 757.672 em 06/07/1999; Terceira Alteração Contratual registrada sob nº 140.488/99 em 19/08/1999; Rerratificação da Terceira Alteração Contratual registrada sob nº 165.289/99-5 em 12/11/1999; Quarta Alteração Contratual registrada sob nº 293.631/04-9 em 27/07/2004; e com a Quinta Alteração Contratual registrada sob nº 400.873/11-4 em 04/10/2011. RESOLVEM alterá-lo e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I** - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) cotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do país, estando assim distribuídas:

QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR R\$
AURÉLIO SAFFI	9.800	9.800,00
MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI	200	200,00
TOTAL	10.000	10.000,00

**CLÁUSULAS II** - Neste ato, por força da **ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE MARIA HERMÍNIA GATTO SAFFI, COM CESSÃO, HERANÇA E ADJUDICAÇÃO**, de 06/03/2014, Livro de Notas nº 214, Páginas 113/120, do Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de Barra Bonita-SP, as 9.800 cotas do capital social da empresa Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda. - ME, pertencentes ao sócio **AURÉLIO SAFFI**, brasileiro, viúvo, advogado, residente e domiciliado na Rua Luiz Stangherlin, nº 75, Centro, Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 3.221.381-5 - SSP/SP e CPF nº 278.304.118-91, que era casado no regime de comunhão universal de bens com a falecida Maria Hermínia Gatto Saffi, foram partilhadas da seguinte forma:

A - Aurélio Saffi retro qualificado, na condição de viúvo meeiro passa a ser detentor de 50% das cotas que lhe pertenciam, equivalente a 4.900 (quatro mil e novecentas) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (Um real) cada quota, totalizando R\$ 4.900,00;

B - a sócia remanescente **MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI**, qualificada no inventário como herdeira, recebe por transferência da herança 2.450 (duas mil, quatrocentos e cinquenta) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (Um real) cada, no valor de R\$ 2.450,00; e,

C - o herdeiro **AURÉLIO SAFFI JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, nascido em 06/02/1974, advogado, residente e domiciliado na Rua Luiz Stangherlin, nº 75, Centro, Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17.340-000, carteira de identidade nº 22.010.073 - SSP/SP e CPF nº 212.951.048-57, que é admitido como sócio, recebe por transferência como herança 2.450 (duas mil, quatrocentos e cinquenta) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalizando R\$ 2.450,00.

CLÁUSULA III - Em consequência o Capital Social da Empresa fica assim distribuído:

QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR R\$
AURÉLIO SAFFI	4.900,00	4.900,00
MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI	2.650,00	2.650,00
AURÉLIO SAFFI JÚNIOR	2.450,00	2.450,00
TOTAL	10.000,00	10.000,00

CLÁUSULA IV - Ainda, neste mesmo ato, a sócia **MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI** acima qualificada, detentora de 2.650 (duas mil, seiscentos e cinquenta) cotas no valor de R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais), cede e transfere neste ato 100 (cem) cotas no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para o sócio **AURÉLIO SAFFI** acima qualificado e cede e transfere neste ato 50 (cinquenta) cotas no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para o novo sócio **AURÉLIO SAFFI JÚNIOR** acima qualificado, sendo que a sócia cedente recebe os valores retro indicados em dinheiro e outorga plena quitação aos cessionários pela cessão e transferência das cotas.

CLÁUSULA V - Diante das transferências efetivadas anteriormente neste instrumento, o Capital Social da empresa fica assim distribuído, considerando-se que as cotas estão totalmente integralizadas:

QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR R\$
AURÉLIO SAFFI	5.000,00	5.000,00
MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI	2.500,00	2.500,00
AURÉLIO SAFFI JÚNIOR	2.500,00	2.500,00
TOTAL	10.000,00	10.000,00

CLÁUSULA VI - Permanece indicado para Administrar a sociedade, no cargo de Sócio Administrador, o Sócio **AURÉLIO SAFFI**, que é eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA VII - A fim de torná-lo consentâneo com a legislação em vigor, resolvem os cotistas "ad rogar", derogar, modificar cláusulas contratuais, ou acrescentar outras, dando nova redação ao Contrato Social que doravante passará a reger a Sociedade e que fica assim redigido:

**RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - ME**

**CONTRATO SOCIAL**

**CNPJ Nº 49.903.339/0001-97 - NIRE nº 35202185604**

CLÁUSULA I - A sociedade gira sob a denominação de **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - ME** e terá como principal objetivo execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, ONDAS MÉDIAS (OM), FREQUÊNCIA MODULADA (FM), ONDA TROPICAL (OT) e SONS E IMAGENS (TV), seus



serviços afins ou correlato, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA II - A sede da Sociedade é na Rua Lourenço Antonelli, nº 20, Colina da Barra, Barra Bonita, Estado de São Paulo, CEP 17340-000, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA III - O Foro da Sociedade será o da comarca de Barra Bonita, Estado de São Paulo, eleito para conhecer e decidir em primeira instância, as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimento dos sócios, observando-se quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA V - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do país, ficando assim distribuídas entre os cotistas:

QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR R\$
AURÉLIO SAFFI	5.000,00	5.000,00
MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI	2.500,00	2.500,00
AURÉLIO SAFFI JÚNIOR	2.500,00	2.500,00
TOTAL	10.000,00	10.000,00

CLÁUSULA VI - A subscrição e integralização do capital social encontra-se efetuada pelos sócios em moeda corrente nacional, na proporção das quotas possuídas.

CLÁUSULA VII - A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.

CLÁUSULA VIII - As quotas representativas do capital social são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA IX - As quotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X - A propriedade da Empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais cabe a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Parágrafo Primeiro - É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros;



Parágrafo Segundo - A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

CLÁUSULA XI - Os administradores da Entidade serão brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haver sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XII - O quadro de funcionários da Entidade será formado preferencialmente por brasileiros, ou constituído, pelo menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIII - Para os cargos de redator, locutor e encarregado das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XIV - A sociedade será administrada por um ou mais de seus cotistas, sob a denominação que lhes for dada quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na Cláusula XI deste instrumento, aos quais compete "*In solidum*" ou cada um *de per si*, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal, atribuições e os poderes que a lei confere aos administradores de Sociedade por quotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da Empresa.

CLÁUSULA XV - Fica indicado para administrar a Sociedade, no cargo de Sócio Administrador o cotista AURÉLIO SAFFI que é eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XVI - O Sócio Administrador, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procurador para a prática de atos de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição.

CLÁUSULA XVII - É expressamente proibido ao Sócio Administrador, ao procurador nomeado para gerir e administrar a empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social, assim como o nome da Sociedade, prestar fiança, caução, aval, ou endosso de favor, ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

CLÁUSULA XVIII - A título de "*pró-labore*" o Sócio Administrador poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre os cotistas que representem a maioria do capital social, para viver num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual, não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado para todos os fins, como encargo operacional da empresa e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLÁUSULA XIX - As quotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço de cada quota, neste caso, não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço, pelo número de quotas.

JUN 20 14 09 14 01

CLÁUSULA XX - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas quotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido, ou não, o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as quotas poderão ser transferidas, sempre após autorização do Poder Público.

CLÁUSULA XXI - No caso de morte de sócio a sociedade não será dissolvida e terá o cônjuge supérstite ou os herdeiros a faculdade de optar entre:

a - a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenham a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização do Poder Público Concedente; ou,

b - o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das quotas, nas condições da Cláusula XIX deste instrumento, caso, por motivo qualquer não possa ingressar na Sociedade.

CLÁUSULA XXII - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da cláusula anterior, as quotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou herdeiro, em 30 (trinta) prestações iguais, mensais e sucessivas.

CLÁUSULA XXIII - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto n.º 52.795/63, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 91.837/85.

CLÁUSULA XXIV - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos do interessado.

CLÁUSULA XXV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA XXVI - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXVII - A Sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XXVIII - Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade fim.



CLÁUSULA XXIX - Não sendo ou deixando de ser permissionária, ou concessionária de serviço de radiodifusão, a Sociedade poderá alterar quaisquer das cláusulas, sem consentimento prévio do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XXX - O início das atividades da Sociedade deu-se em 09/03/1976, data de arquivamento do instrumento primitivo de sua constituição no órgão competente.

CLÁUSULA XXXI - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento redigido em 03 (três) vias de igual teor e forma, no anverso de 06 (seis) laudas, o qual foi lido e achado conforme, juntamente com as testemunhas presenciais abaixo indicadas, após o que o levarão a registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que produza os efeitos legais.

Barra Bonita/SP, 3 de Julho de 2014

AURÉLIO SAFFI

MÁRCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI

AURÉLIO SAFFI JÚNIOR

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

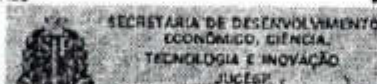
RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.- ME

AURÉLIO SAFFI  
sócio administrador

TESTEMUNHAS:

ELCIO JOSÉ MARTINEZ PARRA  
RG/SSP/SP n.º 17.115.125

CLEOMAR VILELA  
RG/SSP/SP n.º 12.529.053



CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO 340.228/14-3



JUCESP







**FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA**

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - M.E.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35202185604	09/03/1976	17/04/2019 16:49:42
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
09/03/1976	49.903.339/0001-97	

CAPITAL
R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA LOURENCO ANTONELLI	NÚMERO: 20	
BAIRRO:	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: BARRA BONITA	CEP: 99999-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
AURELIO SAFFI JUNIOR, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.951.048-57, RG/RNE: 22010073 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00
AURELIO SAFFI, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 278.304.118-91, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.951.028-03, RESIDENTE À RUA ANTENOR BALSÍ, 181, VILA NARCISA, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00

## 5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 140.488/99-6 SESSÃO: 19/08/1999

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3221381 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HERMINIA GATTO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 049.703.578-20, RG/RNE: 3740504 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO CEZAR SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 415.068.398-00, RG/RNE: 3742107 - SP, RESIDENTE À RUA CORONEL VIRGILIO, 365, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 49.903.339/0001-97

NUM.DOC: 165.289/99-5 SESSÃO: 12/11/1999

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3221381, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.750,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HERMINIA GATTO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 049.703.578-20, RG/RNE: 3740504 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO CEZAR SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 415.068.398-00, RG/RNE: 3742107 - SP, RESIDENTE À RUA CORONEL VIRGILIO, 365, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.750,00.

NUM.DOC: 293.631/04-9 SESSÃO: 27/07/2004

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3.221.381 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.800,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIA HERMINIA GATTO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 049.703.578-20, RG/RNE: 3.740.504 - SP, RESIDENTE À LUIZ LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIO CEZAR SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 415.068.398-00, RG/RNE: 3.742.107 - SP, RESIDENTE À RUA CORONEL VIRGILIO, 365, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.

ADMITIDO MARCIA CRISTINA SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.028-03, RG/RNE: 26.288.177-9 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 200,00.

NUM.DOC: 400.873/11-4 SESSÃO: 04/10/2011

REMANESCENTE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3.221.381 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.800,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.028-03, RG/RNE: 26.288.177-9 - SP, RESIDENTE À RUA ANTENOR BALS, 181, VILA NARCISA, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 200,00.

NUM.DOC: 340.228/14-3 SESSÃO: 16/09/2014

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.028-03, RESIDENTE À RUA ANTENOR BALSÍ, 181, VILA NARCISA, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00.

ADMITIDO AURELIO SAFFI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.048-57, RG/RNE: 22010073 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202185604  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 16/04/2019



Ficha Cadastral Simplificada emitida para IVETE DIAS DA SILVA : 11867939886. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 115877139, quarta-feira, 17 de abril de 2019 às 16:49:42.



# BALANÇO PATRIMONIAL

0111 RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME

CNPJ: 49.903.339/0001-97

FOLHA: 000001

ENCERRADO EM: 31/12/2018

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
DISPONIVEL		OBRIGACOES TRABALHISTAS/ENC.SOCIAI	
CAIXA GERAL		FOLHA DE PAGAMENTOS DE EMPREGAD	
Caixa	12.323,04 D	Salarios e Ordenados a Pagar	10.207,78 C
APLICACOES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IM		Férias a Pagar	7.546,40 C
Aplic. - Banco do Brasil SA	71.359,34 D	FOLHA DE AUTONOMOS	
Aplic. - Banco do Brasil SA - CDB	12.500,00 D	Autonomos a Pagar	712,00 C
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		PRO-LABORE DE DIRIGENTES A PAGAR	
CLIENTES A RECEBER		Pro-Labore a Pagar	1.023,50 C
Clientes a Receber	17.665,72 D	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		INSS a Recolher	1.129,93 C
IMOBILIZADO		FGTS a Recolher	1.358,26 C
MOVEIS, UTENCILIOS E INSTALACOES		OBRIGACOES TRIBUTARIAS A RECOLHER	
Moveis e Utensilios	34.383,72 D	IMPOSTOS/CONTRIB. RETIDOS A RECOL	
Equipamentos de Informatica	28.986,75 D	ISS - Retido a Recolher	3,17 C
(-) DEPR.ACUM.MOVEIS, UTENCILE INST		SISTEMA INTEGR.PGTO IMP/CONTRIB.A	
(-) Depr.Acum. Moveis e Utensilios	30.827,98 C	SIMPLES Nacional a Recolher	1.588,90 C
(-) Depr.Acum. Equipamento Informatica	28.457,01 C	CONTAS A PAGAR / CREDORES DIVERSOS	
VEICULOS AUTOMOTORES		CREDORES DIVERSOS	
Veiculos	51.826,80 D	Unimed Regional Jau-Cooper. Trab. Medic	185,97 C
(-) DEPR.ACUM.VEICULOS AUTOMOTOR		PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
(-) Depr. Acum. Veiculos	44.016,32 C	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
		EMPREST. E FINANC.BANCARIOS A L. PR	
		Empres/Fin.L.Pzo - Banco do Brasil SA	2.553,26 C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		CAPITAL	
		CAPITAL SOCIAL DE DOMICILIADOS NO P	
		Capital Social	10.000,00 C
		LUCROS OU PREJUIZOS	
		LUCROS ACUMULADOS/SALDO DISP	
		Lucros Acumulados	89.456,91 C
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>125.724,08 D</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>125.724,08 C</b>

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2018 conforme documentação apresentada. Ressalvando-se que a responsabilidade do profissional contábil, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos, por esta Empresa.

AURELIO SAFFI

FUNÇÃO: SOCIO ADMINISTRADOR

RG: 3.221.381 SSP/SP

CPF: 278.304.118-91

ELCIO JOSE MARTINEZ PARRA

FUNÇÃO: CONTADOR

CPF: 100.637.398-52

CT/CRC: 1SP158059/O-0

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

0111 RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME

CNPJ: 49.903.339/0001-97

FOLHA: 000002

ENCERRADO EM: 31/12/2018

## 3 - RECEITAS E DEDUCOES

### 3.1 - RECEITAS OPERACIONAIS E DEDUCOES

#### 3.1.01 - RECEITA BRUTA REVENDA/VENDAS E SERVICOS

##### 3.1.01.020 - RECEITA BRUTA DA PRESTACAO DE SERVICOS

3.1.01.020.00020 - Receita Prestacao Servicos Comu

317.179,92 C

RECEITA BRUTA DA PRESTACAO DE SERVICOS

317.179,92 C

#### 3.1.10 - (-) DEDUCOES VENDA/REVENDA/SERVICO REC.

##### 3.1.10.090 - (-) SISTEMA INTEG.IMPOSTOS E CONTRIBUIC.

3.1.10.090.00001 - (-) Simples- Sistem.Integ.Imp.C

17.723,65 D

(-) SISTEMA INTEG.IMPOSTOS E CONTRIBUIC.

17.723,65 D

#### 3.1.15 - RECEITAS FINANCEIRAS

##### 3.1.15.010 - GANHOS COM APLICACOES FINANCEIRAS

3.1.15.010.00001 - Rendimentos com Aplic. Financei

1.491,58 C

GANHOS COM APLICACOES FINANCEIRAS

1.491,58 C

#### 3.1.25 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

##### 3.1.25.030 - DEMAIS RECEITAS OPERACIONAIS

3.1.25.030.00001 - Brindes e Bonificacoes Recebida

54,25 C

DEMAIS RECEITAS OPERACIONAIS

54,25 C

Total de RECEITAS E DEDUCOES

301.002,10 C

(=) RECEITA LÍQUIDA

301.002,10 C

(=) LUCRO BRUTO

301.002,10 C

## 5 - DESPESAS GERAIS

### 5.1 - DESPESAS GERAIS

#### 5.1.01 - DESPESAS OPERACIONAIS

##### 5.1.01.001 - DESPESAS TRABALHISTAS E ENCARG.SOCIAIS

5.1.01.001.00001 - Salarios e Ordenados

135.002,62 D

5.1.01.001.00010 - Férias

16.349,21 D

5.1.01.001.00020 - 13. Salario

11.946,70 D

5.1.01.001.00050 - FGTS

16.181,85 D

DESPESAS TRABALHISTAS E ENCARG.SOCIAIS

179.480,38 D

##### 5.1.01.010 - SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

5.1.01.010.00001 - Servicos Prestados Por P. Fisic

9.600,00 D

5.1.01.010.00010 - Servicos Prestados Por P. Jurid

7.934,66 D

SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

17.534,66 D

##### 5.1.01.050 - ENCARGOS DE...

5.1.01.050.00001 - Despesas com depreciacao

7.998,74 D

ENCARGOS DE...

7.998,74 D

##### 5.1.01.060 - DESPESAS FINANCEIRAS

5.1.01.060.00001 - Despesas Bancarias Diversas

1.966,71 D

5.1.01.060.00030 - Encargos s/ Financ. Emprestit. Ba

18,98 D

DESPESAS FINANCEIRAS

1.985,69 D

##### 5.1.01.070 - DESPESAS GERAIS

5.1.01.070.00010 - Despesas com Agua e Esgoto

1.238,36 D

5.1.01.070.00020 - Despesas com Energia Eletrica

17.749,87 D

5.1.01.070.00070 - Despesas com Brindes/Amostra Gr

54,25 D

5.1.01.070.00180 - Despesas c/ Materiais de Consum

75,15 D

5.1.01.070.00210 - Despesas com Telefone e Comunic

4.620,72 D

5.1.01.070.00235 - Despesas com Servicos Diversos

400,61 D

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

0111 RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME

CNPJ: 49.903.339/0001-97

FOLHA: 000003

ENCERRADO EM: 31/12/2018

DESPESAS GERAIS	24.138,96 D
5.1.01.080 - DESPESAS TRIBUTARIAS	
5.1.01.080.00090 - Despesas com Impostos e Taxas	2.505,35 D
DESPESAS TRIBUTARIAS	2.505,35 D
5.1.05 - DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS	
5.1.05.001 - DESPESAS TRABALH. E ENCARGOS SOCIAIS	
5.1.05.001.00001 - Retirada Pro-Labore	13.800,00 D
DESPESAS TRABALH. E ENCARGOS SOCIAIS	13.800,00 D
<b>Total de DESPESAS GERAIS</b>	<b>247.443,76 D</b>
<b>(=) LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>53.558,32 C</b>
<b>Resultado Financeiro:</b>	
<b>Outras Receitas/Despesas:</b>	
<b>(=) LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, PARTICIP. E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>53.558,32 C</b>
<b>Provisão de Impostos:</b>	
<b>Participações e Contribuições:</b>	
<b>(=) Total do LUCRO do Período:</b>	<b>53.558,32 C</b>

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2018 conforme documentação apresentada. Ressalvando-se que a responsabilidade do profissional contábil, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos, por esta Empresa.

AURELIO SAFFI  
FUNÇÃO: SOCIO ADMINISTRADOR  
RG: 3.221.381 SSP/SP  
CPF: 278.304.118-91

ELCIO JOSE MARTINEZ PARRA  
FUNÇÃO: CONTADOR  
CPF: 100.637.398-52  
CT/CRC: 1SP158059/O-0





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 2120741**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 13/03/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.**, CNPJ: 49.903.339/0001-97, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 14 de março de 2019.

**PEDIDO Nº:**

**1138452**





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>49.903.339/0001-97</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>28/01/1980</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO 89 FM</b>	PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R LOURENCO ANTONELLI</b>	NÚMERO <b>20</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>17.340-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>COLINA DA BARRA</b>	MUNICÍPIO <b>BARRA BONITA</b>
UF <b>SP</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>COMERCIAL@RADIO89FM.COM</b>	
TELEFONE <b>(14) 3641-1919</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>23/12/2000</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **20/03/2019** às **11:05:50** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**  
**CNPJ: 49.903.339/0001-97**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:22:59 do dia 18/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/09/2019.

Código de controle da certidão: **F652.613E.63AD.1929**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 49.903.339/0001-97

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 19030032987-20

Data e hora da emissão 12/03/2019 08:08:00

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 49.903.339

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 21625366  
Data e hora da emissão 12/03/2019 08:04:34  
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.  
Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.  
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1  
(hora de Brasília)



MUNICIPIO DA ESTANCIA TURISTICA DE BARRA BONITA  
Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Fiscalização e Gestão de Tributos  
PCA NHONHO DE SALLES, 1130 - CENTRO - BARRA BONITA/SP - Fone:(14) 36044000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS N° 2018/00000101

DATA DE EMISSÃO: 28/11/2018

CHAVE DE SEGURANÇA N/ 9SPR-3W9W-2E5B-5F0B-1B1B

Contribuinte

Nome/Razão Social

RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME

CPF/CNPJ

49.903.339/0001-97

Inscrição Municipal

5.4.0191

Inscrição Estadual

Endereço

RUA LOURENCO ANTONELLI, 20

Bairro

COLINA DA BARRA

Cidade/UF

BARRA BONITA / SP

CEP

17340-000

Fone

(14) 3641-1919

Referência

TRIBUTOS GERAIS

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

De acordo com os apontamentos constantes no Departamento de Fiscalização e Gestão de Tributos, que verificando o cadastro mobiliário e imobiliário, foi constatado que a empresa supracitada não possui débitos com os cofres municipais até a presente data.

Verificação de autenticidade através da chave de segurança, no endereço:

<http://www.webfiscotecnologia.com.br/portalservicos/cndmobaut.php>

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Validade: 27/05/2019

BARRA BONITA, 28 de Novembro de 2018.



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME  
**CNPJ:** 49.903.339/0001-97

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:53:14 do dia 17/04/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/05/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 49903339/0001-97  
**Razão Social:** RADIO NOVO SOM BARRA BONITA LTDA REMAG  
**Nome Fantasia:** RADIO NOVO SOM  
**Endereço:** RUA LOURENCO ANTONELLI 20 / COLINA DA BARRA /  
BARRA BONITA / SP / 17340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/03/2019 a 11/04/2019

**Certificação Número:** 2019031302285816227660

Informação obtida em 20/03/2019, às 11:25:54.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 49.903.339/0001-97

Certidão nº: 168961890/2019

Expedição: 12/03/2019, às 08:19:36

Validade: 07/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **49.903.339/0001-97**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO  
DEPARTAMENTO DE RÁDIO DIFUSÃO COMERCIAL  
Coordenação - Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**ASSUNTO: ATUALIZAÇÃO DE DECLARAÇÕES CONFORME DECRETO N. 10.775, DE 23 DE AGOSTO DE 2021.**

**REFERÊNCIA: PROCESSO nº 01250.018541/2019-23 E 01250.039249/2018-63 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

**RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 49.903.339/0001-97, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade Barra Bonita-SP, *com vistas à completa instrução do Processo em referência (01250.018541/2019-23)*, vem encaminhar a documentação relacionada abaixo, *de acordo com o Art. 113 do Decreto de Radiodifusão nº 52.795 de 1963, alterado pelo Decreto 10.775 de 23 de Agosto de 2021*, publicado no DOU de 24/08/2021, conforme segue:

- Declarações (estabelecidas no Decreto 10.775 de 23 de Agosto de 2021);
- Certidão Simplificada (Demonstrando o Quadro Societário/Diretivo atual);
- Comprovante de Nacionalidade dos Sócios e Dirigentes;

Dessa forma, solicitamos o deferimento do pedido de renovação de outorga.

Barra Bonita-SP, 27 de Setembro de 2021.



---

Aurélio Saffi  
Sócio-Administrador

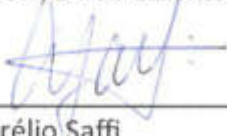
## DECLARAÇÕES

Eu, **Aurélio Saffi**, inscrito no **CPF sob o nº 278.304.118-91**, na qualidade de representante legal da **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.ME**, inscrita no **CNPJ nº 49.903.339/0001-97**, com vistas à instrução do pedido de Renovação de Outorga (Processo nº 01250.018541/2019-23), **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- a) a Pessoa Jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) Nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras Pessoas Jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras Pessoas Jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- c) Nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a Pessoa Jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII, do **caput** do art. 7º da Constituição;
- f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- g) Nenhum dos Sócios ou Dirigentes da Pessoa Jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I, do **caput**, do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990;
- h) a Pessoa Jurídica atende às finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28 do Decreto nº 52.795/63;
- i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante, que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviços de telecomunicações por interesse coletivo, nos termos da Lei 12.485 de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis

Barra Bonita-SP, 24 de Setembro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**Aurélio Saffi**  
Sócio-Administrador



## FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA. - M.E.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35202185604	09/03/1976	27/09/2021 09:07:21
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
09/03/1976	49.903.339/0001-97	

CAPITAL
R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA LOURENCO ANTONELLI	NÚMERO: 20	
BAIRRO:	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: BARRA BONITA	CEP: 99999-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
AURELIO SAFFI JUNIOR, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.951.048-57, RG/RNE: 22010073 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00
AURELIO SAFFI, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 278.304.118-91, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.
MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.951.028-03, RESIDENTE À RUA ANTENOR BALSÍ, 181, VILA NARCISA, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00



## 5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 140.488/99-6 SESSÃO: 19/08/1999

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3221381 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HERMINIA GATTO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 049.703.578-20, RG/RNE: 3740504 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO CEZAR SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 415.068.398-00, RG/RNE: 3742107 - SP, RESIDENTE À RUA CORONEL VIRGILIO, 365, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.500,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 49.903.339/0001-97

NUM.DOC: 165.289/99-5 SESSÃO: 12/11/1999

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3221381, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.750,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA HERMINIA GATTO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 049.703.578-20, RG/RNE: 3740504 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIO CEZAR SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 415.068.398-00, RG/RNE: 3742107 - SP, RESIDENTE À RUA CORONEL VIRGILIO, 365, BARRA BONITA - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.750,00.

NUM.DOC: 293.631/04-9 SESSÃO: 27/07/2004

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3.221.381 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.800,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIA HERMINIA GATTO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 049.703.578-20, RG/RNE: 3.740.504 - SP, RESIDENTE À LUIZ LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIO CEZAR SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 415.068.398-00, RG/RNE: 3.742.107 - SP, RESIDENTE À RUA CORONEL VIRGILIO, 365, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO.

ADMITIDO MARCIA CRISTINA SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.028-03, RG/RNE: 26.288.177-9 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 200,00.

NUM.DOC: 400.873/11-4 SESSÃO: 04/10/2011

REMANESCENTE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RG/RNE: 3.221.381 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 9.800,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.028-03, RG/RNE: 26.288.177-9 - SP, RESIDENTE À RUA ANTENOR BALS, 181, VILA NARCISA, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 200,00.

NUM.DOC: 340.228/14-3 SESSÃO: 16/09/2014

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AURELIO SAFFI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 278.304.118-91, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.028-03, RESIDENTE À RUA ANTENOR BALSÍ, 181, VILA NARCISA, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00.

ADMITIDO AURELIO SAFFI JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 212.951.048-57, RG/RNE: 22010073 - SP, RESIDENTE À RUA LUIZ STANGHERLIN, 75, CENTRO, BARRA BONITA - SP, CEP 17340-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.500,00.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202185604  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 27/09/2021



Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 159430271, segunda-feira, 27 de setembro de 2021 às 09:07:21.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
"RICARDO GUMBLETON DAUOT"

8878-1

NOME

AURELIO SAFFI



FILIAÇÃO  
CEZAR SAFFI

TEREZA BATTAGLIA SAFFI

DATA NASCIMENTO 30/09/1944  
NATURALIDADE BARRA BONITA - SP  
ORGAO EXPEDIDOR SSP-SP  
FATOR RH  
OBSERVAÇÃO

49375534

ASSINATURA POLÍCIA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 278304118/91

DRE

REGISTRO GERAL 3.221.381-5 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 30/09/2019

REGISTRO CIVIL

BARIRI - SP BARIRI CC:LV.840 /FLS.62 /Nº07184

T. ELEITOR

000066133630175

CTPS

SÉRIE

UF

RES/PIS/PASEP

IDENTIDADE PROFISSIONAL

0000024057 OAB

CERT. MILITAR

CNH

00000833588280

CMS

Delegado de Polícia Delegado de Polícia RIBES/SP

ASSINATURA POLÍCIA

POLEGAR DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

NOMES

**AURELIO SAFFI JUNIOR  
E  
FERNANDA MARIA PÉRICO**  
MATRÍCULA

**117002.01.55.2017.3.00003.077.0000195-17**

**NOME, ESTADO CIVIL, NACIONALIDADE, DATA E LOCAL DE NASCIMENTO E FILIAÇÃO**

AURELIO SAFFI JUNIOR, nacionalidade brasileira, inscrito no CPF sob o nº 212.951.048-57, solteiro, nascido no dia dezesseis de fevereiro de mil novecentos e setenta e quatro (16/02/1974), natural de Jaú, Estado de São Paulo, filho de AURELIO SAFFI e de MARIA HERMINIA GATTO SAFFI-.-.

FERNANDA MARIA PÉRICO, nacionalidade brasileira, inscrita no CPF sob o nº 308.190.478-13, solteira, nascida no dia catorze de outubro de mil novecentos e oitenta e dois (14/10/1982), natural de Igarapu do Tietê, Estado de São Paulo, filha de FRANCISCO PÉRICO e de MARIA JOSÉ MAGOSSO PÉRICO-.-.

**DATA DE REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)**

dezessete de outubro de dois mil e dezessete

**DIA MÊS ANO**

17

10

2017

**REGIME DE BENS DO CASAMENTO**

Comunhão Parcial de Bens

**NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR**

A contraente passou a assinar FERNANDA MARIA PÉRICO SAFFI.

O contraente continuou a assinar AURELIO SAFFI JUNIOR.

**OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES**

Casamento realizado em catorze de outubro de dois mil e dezessete// (Reg. lavrado no Lv. B-AUX-3, fls. 77-F, nº 195, aos 17/10/2017).-.-.Nada mais me cumpria certificar.-.-.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Igarapu do Tietê, 17 de Outubro de 2017.

RICARDO ALESSANDRO NEGRELLI - Oficial Substituto

Oficial de Registro Civil das Pessoas  
Naturais e Tabelião de Notas  
**RICARDO ALESSANDRO NEGRELLI**  
Substituto - CPF 258.446.618-00  
IGARAÇU DO TIETÊ - SP

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS  
Igarapu do Tietê - Estado de São Paulo  
Rua Joaquim Cardia, 281 Novo Igarapu  
C.E.P. 17350000 - TEL. (14) 3644-1733  
EMAIL: igaracudotietê@arpenap.org.br  
ARY ARRUDA JUNIOR - Oficial

1ª VIA - ISENTA DE EMOLUMENTOS  
Digitada por: ANTONIO CARLOS FIDALGO

11700-2-AA 000006443

11700-2-0065001-0070000-0417





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

NOME:  
CRISTIANO STEFANELLI  
e  
MARCIA CRISTINA SAFFI

MATRÍCULA:  
115964.01.55.2009.2.00026.251.0006917-19

**NOME, NACIONALIDADE, DATA E LOCAL DE NASCIMENTO, FILIAÇÃO**

CRISTIANO STEFANELLI, brasileiro, divorciado, natural de São Paulo, Capital, nascido no dia dezesseis de janeiro de mil novecentos e setenta e três (16/01/1973), filho de APARECIDO STEFANELLI e de ESTELA FEDATO STEFANELLI.  
MARCIA CRISTINA SAFFI, brasileira, solteira, natural de Jaú, Estado de São Paulo, nascida no dia dez de dezembro de mil novecentos e setenta e seis (10/12/1976), filha de AURELIO SAFFI e de MARIA HERMINIA GATTO SAFFI.

**DATA DE REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)**

vinte e quatro de janeiro de dois mil e nove      DIA      MÊS      ANO  
24      01      2009

**REGIME DE BENS DO CASAMENTO**

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

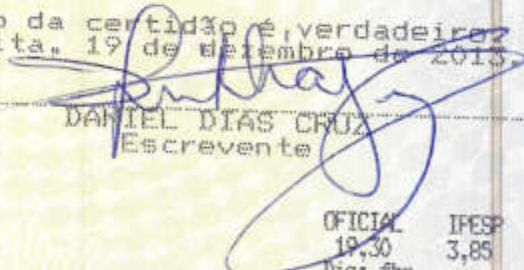
**NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR**

A contraente passou a assinar MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI.  
O contraente passou a assinar CRISTIANO STEFANELLI (o mesmo nome de solteiro).

**OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES**

OBSERVAÇÕES -> VIDE VERSO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Barra Bonita, 19 de dezembro de 2015.

  
DANIEL DIAS CRUZ  
Escrevente

Oficial de Registro Civil das Pessoas  
Naturais e de Interdições e Tutelas do  
Município e Comarca de Barra Bonita  
Estado de São Paulo  
Rua Iririo Color Bombonatti, 60 - Centro  
CEP: 17.340-000 Fone/Fax (14)3641-1010  
Michell Azem Rachid  
Oficial de Registro

OFICIAL	IFESP	TOTAL
19,30	3,85	23,15
Dig: fbo		

Oficial de Registro Civil das Pessoas  
Naturais e de Interdições e Tutelas do Estado  
**Daniel Dias Cruz**  
ESCREVENTE  
CEP 17340-000-BARRA BONITA-SP



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-OUTORGAS  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**REFERÊNCIA:** PROCESSO nº 01250.018541/2019-23.- RENOVAÇÃO DE OUTORGA  
**ASSUNTO:** COMPLEMENTO/ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS.

**RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.-ME,**  
inscrita no CNPJ sob o nº 49.903.339/0001-97, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Barra Bonita, no Estado de São Paulo, Canal 206, por seu representante legal infra-assinado, vem apresentar em anexo a documentação abaixo relacionada, para a completa instrução do **Processo de Renovação de Outorga nº 01250.018541/2019-23**, em trâmite nesta Pasta Ministerial, conforme segue:

- Declaração de que a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (com comprovante de registro);
- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial;
- Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral - CNPJ;
- Certidão Negativa de débitos da Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Certidão Negativa de débitos de Fistel;
- Certidão Negativa de débitos de FGTS;
- Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
- Licença de Funcionamento da Estação;
- Autorização de Uso de Radiofrequência.

Estando cumpridas todas as exigências legais, requer que seja deferida a **Renovação da Outorga por novo período.**

Nestes Termos,  
P. e E. Deferimento.  
Barra Bonita, 1 de julho de 2021



Aurélio Saffi  
Sócio-Administrador



## DECLARAÇÃO

Eu, **AURÉLIO SAFFI**, inscrito no **CPF/MF** sob nº **278.304.118-91**, na qualidade de Representante Legal da Pessoa Jurídica **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA-ME**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em FM no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.903.339/0001-97, com vistas à instrução do Processo de Renovação de Outorga junto ao Ministério das Comunicações, nº 01250.039249/2018-63, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

"A Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28 do Decreto nº 52.795/63."

Barra Bonita-SP, 16 de Junho de 2021



---

Aurélio Saffi  
Sócio-Administrador

## TERMO DE ABERTURA

Livro Diário Geral

Número de ordem: 000001

O presente Livro Diário Geral possui 000142 páginas numeradas do nº 1 ao nº 142 e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da sociedade empresária abaixo identificada:

Nome Empresarial: **RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME**

Município: **BARRA BONITA**

Registro na Jucesp - Nire: **35202185604**

Data do arquivamento dos atos constitutivos: **09/03/1976**

CNPJ: **49.903.339/0001-97**

BARRA BONITA, 01 de Janeiro de 2020



AURELIO SAFER

Função/cargo: SOCIO ADMINISTRADOR



ELCIO JOSE MARTINEZ PARRA

Função/cargo: CONTADOR

CRC/SP nº: 1SP1580059/O-9



OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE  
BARRA BONITA - SP  
Rua Ino Color Bombonati, 60 - Centro  
CEP: 17340-000 - Fone (14) 3641-1610

TERMO DE ABERTURA  
Declaro serem exatos os termos de abertura e de arquivamento do presente Livro da empresa: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME Registrada na JUCESP sob nº 35202185604  
Especies Diário Geral, por mim autenticados e registrados no livro de protocolo nº 4, folha 65 sob nº 378/2021 Barra Bonita, 29/04/2021 Michell Azem Rachid



Michell Azem Rachid  
Oficial

# BALANÇO PATRIMONIAL

0111 RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME

CNPJ: 49.903.339/0001-97

NIRE: 35202185604

Data de Registro: 09/03/1976

PÁGINA: 000135

ENCERRADO EM: 31/12/2020

ATIVO	299.020,98 D	PASSIVO	299.020,98 C
ATIVO CIRCULANTE	200.328,06 D	PASSIVO CIRCULANTE	26.392,11 C
DISPONIVEL	192.857,43 D	FORNECEDORES - EXIGIVEL C. PRAZO	131,51 C
CAIXA GERAL	26.513,39 D	FORNECEDORES - C/CORRENTE - C.PZO	131,51 C
Caixa	26.513,39 D	Fornecedores a Pagar Curto Prazo	131,51 C
APLICACOES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IM	166.344,04 D	OBRIGACOES TRABALHISTAS/ENC.SOCIAI	24.333,07 C
Aplic - Banco do Brasil SA	64.497,64 D	FOLHA DE PAGAMENTOS DE EMPREGAD	21.422,55 C
Aplic - Banco do Brasil SA - CDB	101.846,20 D	Salarios e Ordenados a Pagar	7.612,75 C
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	7.470,63 D	Férias a Pagar	13.809,80 C
CLIENTES A RECEBER	7.470,63 D	PRO-LABORE DE DIRIGENTES A PAGAR	1.068,00 C
Clientes a Receber	7.470,63 D	Pro-Labore a Pagar	1.068,00 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	98.692,92 D	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.842,52 C
IMOBILIZADO	98.692,92 D	INSS a Recolher	850,88 C
MÓVEIS, UTENCILIOS E INSTALACOES	82.848,81 D	FGTS a Recolher	991,04 C
Moveis e Utensilios	34.363,72 D	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A RECOLHER	1.727,10 C
Equipamentos de Informatica	48.484,89 D	IMPOSTOS/CONTRIB. RETIDOS A RECOL	4,01 C
(-) DEPR.ACUM.MOVEIS, UTENCILE INS	61.062,65 C	ISS - Retido a Recolher	4,01 C
(-) Depr.Acum. Moveis e Utensilios	31.901,00 C	SISTEMA INTEGR.PGTO IMP/CONTRIB.A	1.723,09 C
(-) Depr.Acum. Equipamento Informatica	29.161,65 C	SIMPLES Nacional a Recolher	1.723,09 C
VEICULOS AUTOMOTORES	51.826,80 D	CONTAS A PAGAR / CREDORES DIVERSOS	2.200,43 C
Veiculos	51.826,80 D	CREDORES DIVERSOS	2.200,43 C
(-) DEPR.ACUM.VEICULOS AUTOMOTOR	46.919,84 C	Unimed Regional Jau-Cooper. Trab. Medic	2.200,43 C
(-) Depr. Acum. Veiculos	46.919,84 C	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	102.000,00 C
OUTRAS IMOBILIZACOES	72.000,00 D	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	102.000,00 C
Direitos em Regime Comodato	72.000,00 D	EMPREST. E FINANC.BANCARIOS A L. PR	30.000,00 C
		Financiamento a Longo Prazo	30.000,00 C
		OUTRAS OBRIGACOES EXIGIVEIS A L. PR	72.000,00 C
		Obrigacoes em Regime Comodato	72.000,00 C
		PATRIMONIO LIQUIDO	168.628,87 C
		CAPITAL	10.000,00 C
		CAPITAL SOCIAL DE DOMICILIADOS NO P	10.000,00 C
		Capital Social	10.000,00 C
		LUCROS OU PREJUIZOS	158.628,87 C
		LUCROS ACUMULADOS/SALDO DISP	158.628,87 C
		Lucros Acumulados	158.628,87 C
TOTAL DO ATIVO.....	299.020,98 D	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	299.020,98 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2020 conforme documentação apresentada. Ressalvando-se que a responsabilidade do profissional contábil, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos, por esta Empresa.

AURELIO SAFFI  
FUNÇÃO: SOCIO ADMINISTRADOR  
RG: 3.221.381-5 SSP/SP  
CPF: 278.304.118-91

ELCIO JOSE MARTINEZ PARRA  
FUNÇÃO: CONTADOR  
CPF: 100.637.398-52  
TC/CRC: 1SP1580059/O-9



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

0111 RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME

CNPJ: 49.903.339/0001-97

NIRE: 35202185604

Data de Registro: 09/03/1976

PÁGINA: 000136

ENCERRADO EM: 31/12/2020

**RECEITAS E DEDUCOES****RECEITAS OPERACIONAIS E DEDUCOES****RECEITA BRUTA REVENDA/VENDAS E SERVICOS****RECEITA BRUTA DA PRESTACAO DE SERVICOS**

Receita Prestacao Servicos Comunicacao

313.182,77 C

**RECEITA BRUTA DA PRESTACAO DE SERVICOS**

313.182,77 C

**(-) DEDUCOES VENDA/REVENDA/SERVICO REC.****(-) SISTEMA INTEG.IMPOSTOS E CONTRIBUIC.**

(--) Simples- Sistem.Integ.Imp.Contribuic

16.048,60 D

**(-) SISTEMA INTEG.IMPOSTOS E CONTRIBUIC.**

16.048,60 D

**RECEITAS FINANCEIRAS****GANHOS COM APLICACOES FINANCEIRAS**

Rendimentos com Aplic. Financeiras

191,41 C

**GANHOS COM APLICACOES FINANCEIRAS**

191,41 C

**OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS****REVERSAO PROVISÕES/PERIODOS ANTERIORES**

Reversoes de Valores

0,14 C

**REVERSAO PROVISÕES/PERIODOS...**

0,14 C

**RECEITAS NAO OPERACIONAIS E DEDUCOES****REVERSOES DE PROVISÕES E RESERVAS****REVERSOES DE PROVISÕES TRABALHISTAS**

Descontos na Folha de salários

2,79 C

**REVERSOES DE PROVISÕES TRABALHISTAS**

2,79 C

**Total de RECEITAS E DEDUCOES**

297.328,51 C

**CUSTOS GERAIS****CUSTOS DE MERCADORIA/PRODUTO/SERVICOS****CUSTOS DE PRODUCAO NO PERIODO****CUSTO SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS**

Servicos Prestados P/ Pessoa Juridica

1.125,31 D

**CUSTO SERVICOS DE TERCEIROS E...**

1.125,31 D

**Total de CUSTOS GERAIS**

1.125,31 D

**DESPESAS GERAIS****DESPESAS GERAIS****DESPESAS OPERACIONAIS****DESPESAS TRABALHISTAS E ENCARG.SOCIAIS**

Salarios e Ordenados

107.246,52 D

Férias

12.419,17 D

13. Salario

10.946,99 D

Aviso Previo Indenizado

1.283,60 D

INSS

911,17 D

FGTS

14.023,56 D

**DESPESAS TRABALHISTAS E ENCARG.SOCIAIS**

146.831,01 D

**SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS**

Servicos Prestados Por P. Fisica

9.600,00 D

Servicos Prestados Por P. Juridica

71.148,74 D

**SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS**

80.748,74 D

**ENCARGOS DE DEPRECIAC. /AMORT. /EXAUSTAO**

Despesas com depreciacao

577,50 D

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

0111 RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME

CNPJ: 49.903.339/0001-97

NIRE: 35202185604

Data de Registro: 09/03/1976

PÁGINA: 000137

ENCERRADO EM: 31/12/2020

ENCARGOS DE...	577,50 D
DESPESAS FINANCEIRAS	
Despesas Bancárias Diversas	1.665,95 D
Juros e multas pagos	1,00 D
Encargos com Aplicações financeiras	43,10 D
DESPESAS FINANCEIRAS	1.710,05 D
DESPESAS GERAIS	
Despesas com Água e Esgoto	1.546,10 D
Despesas com Energia Elétrica	8.218,35 D
Despesas c/ Materiais de Consumo	394,70 D
Despesas com Telefone e Comunicação	2.012,02 D
Despesas com Serviços Diversos	509,85 D
Despesas com Seguros Diversos	2.200,01 D
DESPESAS GERAIS	14.881,03 D
DESPESAS TRIBUTARIAS	
Despesas com Impostos e Taxas	2.273,17 D
DESPESAS TRIBUTARIAS	2.273,17 D
DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS	
DESPESAS TRABALH. E ENCARGOS SOCIAIS	
Retirada Pro-Labore	14.400,00 D
DESPESAS TRABALH. E ENCARGOS SOCIAIS	14.400,00 D
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
Reversão de Valores Apropriados	0,39 D
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,39 D
<b>Total de DESPESAS GERAIS</b>	<b>261.421,89 D</b>

Resultado Financeiro:

Outras Receitas/Despesas:

(=) Total do LUCRO do Período:

34.781,31 C

Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2020 conforme documentação apresentada. Ressalvando-se que a responsabilidade do profissional contábil, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos, por esta Empresa.

AURELIO SAFFI  
FUNÇÃO: SOCIO ADMINISTRADOR  
RG: 3.221.381-5 SSP/SP  
CPF: 278.304.118-91

ELCIO JOSE MARTINEZ PARRA  
FUNÇÃO: CONTADOR  
CPF: 100.637.398-52  
TC/CRC: 1SP1580059/O-9

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Livro Diário Geral

Número de ordem: 000001

O presente Livro Diário Geral possui 000142 páginas numeradas do nº 1 ao nº 142 e serviu para a escrituração do período de 01/01/2020 a 31/12/2020 da sociedade empresária RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME.

BARRA BONITA, 31 de Dezembro de 2020



AURELIO SAFFI

Função/cargo: SOCIO ADMINISTRADOR



ELCIO JOSE MARTINEZ PARRA

Função/cargo: CONTADOR

CRC/SP nº: 1SP1580059/O-9





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9682990**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 16/06/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**, CNPJ: 49.903.339/0001-97, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de junho de 2021.

**PEDIDO Nº:**

**0049119073**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>49.903.339/0001-97</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>28/01/1980</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO 89 FM</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R LOURENCO ANTONELLI</b>	NÚMERO <b>20</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>17.340-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>COLINA DA BARRA</b>	MUNICÍPIO <b>BARRA BONITA</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>COMERCIAL@RADIO89FM.COM</b>		TELEFONE <b>(14) 3641-1919</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>23/12/2000</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/06/2021** às **16:54:58** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**  
**CNPJ: 49.903.339/0001-97**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:27:47 do dia 05/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/11/2021.

Código de controle da certidão: **3D66.4D46.3607.EDF4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 49.903.339/0001-97

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 21050051284-04

Data e hora da emissão 06/05/2021 08:13:11

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)**



MUNICIPIO DA ESTANCIA TURISTICA DE BARRA BONITA  
Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Fiscalização e Gestão de Tributos  
PCA NHONHO DE SALLES, 1130 - CENTRO - BARRA BONITA/SP - Fone:(14) 36044000

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 2021/00001013**

**DATA DE EMISSÃO: 24/02/2021**

**CHAVE DE SEGURANÇA N/ 9SPR-3W9W-2E5B-5F0B-PA3A**

**Contribuinte**

Nome/Razão Social

**RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA ME**

CPF/CNPJ

**49.903.339/0001-97**

Inscrição Municipal

**5.4.0191**

Inscrição Estadual

Endereço

**RUA LOURENCO ANTONELLI, 20**

Bairro

**COLINA DA BARRA**

Cidade/UF

**BARRA BONITA / SP**

CEP

**17340-000**

Fone

**(14) 3641-1919**

Referência

**TRIBUTOS GERAIS**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

De acordo com os apontamentos constantes no Departamento de Fiscalização e Gestão de Tributos, que verificando o cadastro mobiliário e imobiliário, o contribuinte supracitado não possui débitos inscritos em dívida ativa, não possui débitos com os cofres municipais, até a presente data.

Verificação de autenticidade através da chave de segurança, no endereço:  
<http://www.webfiscotecnologia.com.br/portalservicos/cndmobaut.php>

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Validade: 23/08/2021

BARRA BONITA, 24 de Fevereiro de 2021.

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME

**CNPJ:** 49.903.339/0001-97

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:02:48 do dia 01/07/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/07/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 49.903.339/0001-97

**Razão Social:** RADIO NOVO SOM BARRA BONITA LTDA REMAG

**Endereço:** RUA LOURENCO ANTONELLI 20 / COLINA DA BARRA / BARRA BONITA /  
SP / 17340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/04/2021 a 07/08/2021

**Certificação Número:** 2021041001051059126506

Informação obtida em 05/05/2021 16:49:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 49.903.339/0001-97

Certidão nº: 19021231/2021

Expedição: 17/06/2021, às 15:42:17

Validade: 13/12/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **49.903.339/0001-97**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME				CNPJ 49903339000197
Nº DA ESTAÇÃO 7805837	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 25' 32.0" S	LONGITUDE 48° 33' 16.0" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia Barra Bonita - Jau, SP255, nº Km 6.	DISTRITO *****	
BAIRRO Campos Sales	MUNICÍPIO Barra Bonita	UF SP

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:			
MUNICÍPIO:	Barra Bonita	UF:	SP
LOCALIDADE:	*****		
FREQUÊNCIA:	89.1 MHz	CANAL:	206
CLASSE:	A4	COTA BASE DA TORRE:	708
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	SYD868		
NOME FANTASIA:	RADIO NOVO SOM	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Barra Bonita		
ESTÚDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Lourenço Antonelli	BAIRRO:	Jardim da Colina
MUNICÍPIO:	Barra Bonita	UF:	SP
NÚMERO:	20	COMPLEMENTO:	*****
ESTÚDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NÚMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	MODELO:	TPM 1K0
CÓDIGO:	012830602337	POTÊNCIA:	1.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	TELAVO IND COM EQUIP P/TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MODELO:	RDPM-1000-T
CÓDIGO:	030292XXX00038	POTÊNCIA:	1.00 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	ELMEC ELETRÔNICA MECÂNICA LTDA	MODELO:	ELCP-4
POLARIZAÇÃO:	Circular	Ganho:	3.22
DESCRIÇÃO:	OMNI-04 ELEMENTOS	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	270 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	39.9 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	IMABRA IND DE MICROONDAS	MODELO:	FM BR 03
POLARIZAÇÃO:	Circular	Ganho:	1.76
DESCRIÇÃO:	OMNI-03 ELEMENTOS	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	310 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	23.4 m	BEAM TILT:	.00 graus
Código PI:	*****		

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/08/2020 14:27:26

APLICAÇÃO

Emitido Em  
24/08/2020Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaW5ibmNhOjoyMDIwNWYyNDVhNDYwNmJYg==>



**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**

ATO Nº 8198, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

**O GERENTE DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 183, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria n.º 1.919, de 20 de setembro de 2019, que delega competência à Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações para outorgar autorização para exploração de serviços de telecomunicações e de autorização de uso de radiofrequências, não decorrentes de procedimentos licitatórios, bem como decidir pela adaptação, prorrogação e extinção, exceto por caducidade,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 163 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 67, de 12 de novembro de 1998, que aprova o Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, e no Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

**CONSIDERANDO** o disposto no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016;

**CONSIDERANDO** a atribuição de competências estabelecida na Portaria nº 448, de 4 de junho de 2013, do Conselho Diretor da Anatel;

**CONSIDERANDO** o constante dos autos Processo nº 53500.054998/2019-14,

**RESOLVE:**

Art. 1º Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME, CNPJ 49.903.339/0001-97, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Barra Bonita, do estado de São Paulo, mediante a utilização da radiofrequência de 89.1 MHz, correspondente ao canal 206, até a data de 25/10/2029, sendo o uso da radiofrequência não exclusivo, em caráter precário e primário.

Art. 2º Fixar em R\$ 280,70 (duzentos e oitenta reais e setenta centavos), o preço público pelo direito de uso da radiofrequência autorizada no art. 1º, ficando condicionada a publicação do extrato da presente Autorização de Uso de Radiofrequência à efetivação do recolhimento do referido valor ou, quando parcelado, do valor da primeira parcela.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação deste Ato no DOU, para que a entidade apresente laudo de vistoria da estação, elaborado por profissional habilitado, para fins de licenciamento.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Charles Marlow**, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações, Substituto(a), em 20/01/2020, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5074052** e o código CRC **3D5980B6**.

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas  
InterativosSRD » Relatórios » **Outorga** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	SP	Município:	Barra Bonita
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO EMISSORA DA BARRA LTDA	Barra Bonita	14/11/2009	14/11/2019
RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	Barra Bonita	25/10/1989	25/10/1999

**Usuário:** [ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco](#) **Data:** [22/11/2021](#) **Hora:** [15:47:31](#)

**Registro 1 até 2 de 2 registros** **Página:** [1] [Ir]  [Reg]

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME**

**CNPJ:**           **49.903.339/0001-97**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:51:31 do dia 22/11/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/12/2021.

Certidão expedida gratuitamente.




[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		49.903.339/0001-97									
RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
AURELIO SAFFI	278.304.118-91	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	49.903.339/0001-97	Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barra Bonita
		RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	49.903.339/0001-97	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barra Bonita
AURELIO SAFFI JUNIOR	212.951.048-57	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	49.903.339/0001-97	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barra Bonita
MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI	212.951.028-03	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	49.903.339/0001-97	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barra Bonita

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 22/11/2021

Hora: 15:52:03

BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b>		CPF									
<b>CPF:</b>		278.304.118-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
AURELIO SAFFI	<a href="#">278.304.118-91</a>	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	<a href="#">49.903.339/0001-97</a>	Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Barra Bonita
		RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	<a href="#">49.903.339/0001-97</a>	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barra Bonita

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **22/11/2021**Hora: **15:52:11**

BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 212.951.048-57											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
AURELIO SAFFI JUNIOR	<a href="#">212.951.048-57</a>	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	<a href="#">49.903.339/0001-97</a>	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barra Bonita

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 22/11/2021

Hora: 15:52:18



[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 212.951.028-03											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI	<a href="#">212.951.028-03</a>	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	<a href="#">49.903.339/0001-97</a>	Sócio	2500	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Barra Bonita

**Usuário:** [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data:** 22/11/2021**Hora:** 15:52:24

[Menu Principal](#)BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira NolascoSistemas  
InterativosSIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **22/11/2021**Hora: **17:11:25**

Id solicitação: 57dbac45b10f0

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO NOVO SOM	
<b>Telefone:</b> (14) 36411919	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 49.903.339/0001-97	<b>Número do Fistel:</b> 02008029255
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 25/10/1989	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Observações:</b> SNC363/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 67.359, DE 28/09/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 01/10/2007;Ato nº 5.620, de 1º/10/2009, publicado no DOU. de 02/10/2009.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Rua Lourenço Antonelli	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Colina da Barra	<b>Numero:</b> 20	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA LOURENCO ANTONELLI	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> COLINA DA BARRA	<b>Numero:</b> 20	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia Barra Bonita - Jaú, SP255	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Campos Sales	<b>Numero:</b> Km 6	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua Lourenço Antonelli	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Jardim da Colina	<b>Numero:</b> 20	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 206	<b>Frequência:</b> 89.1 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 1.6511kW
<b>HCI:</b> 39.9 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

--



Informações Gerais	
Número da Estação: 7805837	Número Indicativo: ZYD868
Data Último Licenciamento: 24/08/2020	Número da Licença: 53500.037917/2020-47

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22°25'32" S	Longitude: 48°33'16" W	Cota da base: 708 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 1K0
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: 1.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 7/8"	Fabricante: KMP- CABOS ESPECIAIS LTDA		
Comprimento da Linha: 42.0 m	Atenuação: 1.291 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ELCP-4	Fabricante: ELMEC ELETRÔNICA MECANICA LTDA				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 270 °	Polarização: Circular	HCI: 39.9 m	ERP Máxima: 1.65 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.44	5°: 0.41	10°: 0.35	15°: 0.25	20°: 0.17	25°: 0.15	30°: 0.17	35°: 0.24	40°: 0.35	45°: 0.48	50°: 0.63	55°: 0.78
60°: 0.91	65°: 0.99	70°: 1.11	75°: 1.39	80°: 1.72	85°: 2.04	90°: 2.27	95°: 2.26	100°: 2.16	105°: 2.1	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 2	130°: 1.94	135°: 1.95	140°: 1.94	145°: 1.85	150°: 1.72	155°: 1.58	160°: 1.41	165°: 1.16	170°: 0.91	175°: 0.71
180°: 0.54	185°: 0.38	190°: 0.26	195°: 0.2	200°: 0.17	205°: 0.16	210°: 0.17	215°: 0.19	220°: 0.26	225°: 0.48	230°: 0.72	235°: 0.84
240°: 0.91	245°: 0.91	250°: 0.91	255°: 1	260°: 1.11	265°: 1.17	270°: 1.21	275°: 1.22	280°: 1.21	285°: 1.16	290°: 1.11	295°: 1.12
300°: 1.11	305°: 1.01	310°: 0.91	315°: 0.9	320°: 0.91	325°: 0.88	330°: 0.82	335°: 0.73	340°: 0.63	345°: 0.52	350°: 0.44	355°: 0.43

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 030292XXX00038	Modelo: RDFM-1000-T
Fabricante: TELAVO IND COM EQUIP P/TELECOMUNICACOES LTDA	Potência de Operação: 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> LDF5-50A	<b>Fabricante:</b> Andrew Ind e Comércio de Antenas Ltda		
<b>Comprimento da Linha:</b> 22.0 m	<b>Atenuação:</b> 1.137 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> FM BR 03	<b>Fabricante:</b> IMABRA IND DE MICROONDAS				
<b>Ganho:</b> 1.76 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> .00 °	<b>Orientação NV:</b> 310 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 23.4 m	<b>ERP Máxima:</b> 1.65 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	837	Portaria	MC	19/10/1979	25/10/1979	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	12	Portaria	MC	29/01/1980	06/01/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	10282	Despacho	MC	01/02/1982	19/02/1982	Alteração de município	Jurídico
9999	383	Portaria	MC	01/09/1989		Mudança de Local	Técnico
9999	58	Portaria	MC	22/06/1992	22/06/1992	Renovação	Jurídico
9999	158	Portaria	MC	26/07/1993		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	175	Decreto Legislativo	CN	07/12/1995	08/12/1995	Renovação	Jurídico
9999	31296	Despacho	MC	03/12/1996	27/12/1997	Advertência	Jurídico
9999	472	Portaria	MC	17/12/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	54	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
9999	591	Portaria	MC	22/11/2001	28/11/2001	Multa	Jurídico
9999	24059	Ato	ER	22/03/2002	28/03/2002	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	12	Portaria	SSCE	19/01/2007	06/03/2007	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	226	Portaria	MC	13/05/2009	11/08/2009	Multa	Jurídico
53500.079451/2017-51	13582	Ato	ORLE	06/11/2017	28/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.054998/2019-14	8198	Ato	ORLE	27/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.034634/2020-43	264	Despacho	ER01	30/07/2020		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento	

NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME</b>				CNPJ <b>49903339000197</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>7805837</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>22° 25' 32.02" S</b>	LONGITUDE <b>48° 33' 15.98" W</b>


ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rodovia Barra Bonita - Jaú, SP255, nº Km 6.</b>		DISTRITO		
BAIRRO <b>Campos Sales</b>		MUNICÍPIO <b>Barra Bonita</b>		
		UF <b>SP</b>		

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	25/10/2029		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Barra Bonita	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	89.1 MHz	CANAL:	206
CLASSE:	A4	COTA BASE DA TORRE:	708
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYD868		
NOME FANTASIA:	RADIO NOVO SOM	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Barra Bonita		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua Lourenço Antonelli	BAIRRO:	Jardim da Colina
MUNICÍPIO:	Barra Bonita	UF:	SP
NUMERO:	20	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	MODELO:	TFM 1K0
CÓDIGO:	012830602337	POTÊNCIA:	1.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	TELAVO IND COM EQUIP P/TELECOMUNICACOES LTDA	MODELO:	RDFM-1000-T
CÓDIGO:	030292XXX00038	POTÊNCIA:	1.00 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	ELMEC ELETRÔNICA MECANICA LTDA	MODELO:	ELCP-4
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.22
DESCRIÇÃO:	OMNI-04 ELEMENTOS	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	270 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	39.9 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	IMABRA IND DE MICROONDAS	MODELO:	FM BR 03
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	1.76
DESCRIÇÃO:	OMNI-03 ELEMENTOS	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	310 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	23.4 m	BEAM TILT:	.00 graus
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	ANDREW	MODELO:	LDF5-50A
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP- CABOS ESPECIAIS LTDA	MODELO:	CF 7/8"
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 22/11/2021 16:53:37

APLICAÇÃO	Emitido Em 24/08/2020	Esta licença pode ser validada em <a href="https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVlbmNhOjoyMDIwNDVhNDYwNmJYg==">https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWVlbmNhOjoyMDIwNDVhNDYwNmJYg==</a>	
-----------	--------------------------	--	---





## SRD - Licenciamento

Version 1.0

[Canais](#) [Solicitações](#) [Canais Excluídos](#)

Todos

[+ RTV/RTVD Secundário](#)

1 total de registros | 1 - 30 | 50 | Atualizar | Filtrar | Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFictel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF
		49903339000									(Todas)				
<a href="#">Imprimir Licença</a>	(FM-C4) Canal Licenciado	49903339000197	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA	02008029255	206	89.1	A4	230	FM		Comercial	P	2	Barra Bonita	SP



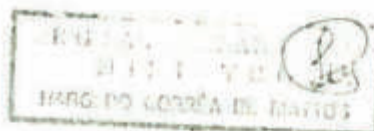
837  
19 10 79

DAS  
COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 11.963/77 (Edital nº 93/77),

RESOLVE:

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda., para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.



HAROLDO CORRÊA DE MATTOS  
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/NBP/apc/ JON - MBR  
01.10.79.

CLÁUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA  
Nº 837 , DE 19 DE 10 DE 1979

I

Fica assegurado à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda. o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, com as características de operação de acordo com as Normas Técnicas para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.

II

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do ato de outorga.

III

A permissionária é obrigada a:

- a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;
- b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;



e) não transferir, direta ou indiretamente, a permissão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à permissionária direito a qualquer indenização;

g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscallização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional;

m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do ato de outorga, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos,

a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço permitido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

#### IV

A permissionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior.



V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

VI

A freqüência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa freqüência o direito de posse da União.

VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à permissionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a permissionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a permissionária tenha direito a qualquer indenização.





O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 61, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 2 de dezembro de 1990, a permissão outorgada à Rádio Canoinhas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 1995

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 175, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 58, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de outubro de 1989, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 1995

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 176, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 827, de 7 de novembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 25 de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio Menina Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 1995

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 177, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicadora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 88, de 22 de junho de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 16 de março de 1989, a permissão outorgada à Rádio Comunicadora FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 1995

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 178, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Stereo Rádio FM de Ituverava Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 824, de 7 de novembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 26 de janeiro de 1992, a permissão outorgada à Stereo Rádio FM de Ituverava Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 1995

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 179, DE 1995

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tapejara Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tapejara, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº/n, de 13 de outubro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 2 de setembro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Tapejara Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tapejara, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de Dezembro de 1995

SENADOR JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 180, DE 1995

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

**Data de Envio:**

22/11/2021 17:14:56

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM

**Mensagem:**

Processo nº: 01250.018541/2019-23

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**RE: Consulta CGFM**

cgfm &lt;cgfm@mcom.gov.br&gt;

Qui, 25/11/2021 10:31

Para: corrc &lt;corrc@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 22 de novembro de 2021 17:14**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM

Processo nº: 01250.018541/2019-23

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 01250.018541/2019-23

**Entidade:** RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA

**CNPJ nº:** 49.903.339/0001-97

**Fistel nº:** 02008029255

**Localidade:** Barra Bonita/SP

**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 18/04/2019

**Período:** 25/10/2019 a 25/10/2029

### Tipo de outorga a ser renovada:

- ( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.  
(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.  
( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	4073134, 4073135	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8210241, pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8210241, pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8210241, pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8210241, pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8210241, pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços	(X) Sim ( ) Não	8210241,	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963,	

executa serviços de radiodifusão sem outorga;	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	pág. 2	incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	8210241, pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	8210241, pág. 2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	8210241, pág. 2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	



12.485, de 2011;				
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8602671, págs. 3-7	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	4073145, 4073146, 4073147, 4073151, 4073153, 4073154, 4073156, 4073157	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8210241, págs. 3-5	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa				

situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	( ) Sim ( ) Não <b>(X)</b> Não se aplica	4073160; 7820880, págs. 3-7	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	7820880, pág. 8	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	7820880, pág. 9	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 7820880, pág. 10 E 7820880, pág. 11 M 7820880, pág. 12	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8602671, pág. 2	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	<b>(X)</b> Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	7820880, pág. 10 7820880, pág. 14	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça				

do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	7820880, pág. 15	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	<b>Conf. Certidão Simplificada</b>  <b>i) Aurélio Saffi</b> <b>ii) Aurélio Saffi Junior</b> <b>iii) Márcia Cristina Saffi Stefanelli</b> 8210241, págs. 6-8	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	8602671, págs. 11-12	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	

### APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
14. Declaração,				



<u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

### Observações Adicionais

- n/a

### Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 10:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8602679** e o código CRC **FAE2F026**.

**Referência:** Processo nº 01250.018541/2019-23

SEI nº 8602679

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de

Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## **NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADO: RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda**, inscrita no CNPJ nº 49.903.339/0001-97, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP, referente ao **Fistel nº 02008029255** e ao período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.

### **ANÁLISE**

2. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; e no Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

4. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]



Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em respeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 837, de 19 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de outubro de 1979 (SEI 8603052 - Págs. 1-5).

7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga, referente ao decênio 1989-1999, deferido pela

Administração Pública se deu por intermédio da Portaria nº 58, de 22 de junho de 1992, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1995 (SEI 8603052 - Pág. 6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 25 de outubro de 1999, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação da Portaria de outorga.

8. Concernente ao período de 1999-2009, a entidade apresentou tempestivamente o pedido de renovação no dia 12 de julho de 1999, gerando o protocolo nº 53830.001103/1999-11. Juntou-se ainda, naquela ocasião, boa parte da documentação exigida à época. O processo foi alvo de diversas análises de natureza técnica, por parte da Anatel, e de natureza jurídica pelo então Serviço de Comunicação Eletrônica, sendo a última em março de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9. Quanto ao decênio de 2009-2019, foi protocolado o requerimento de renovação da outorga, tempestivamente, no dia 24 de julho de 2009, sob o nº 53000.033860/2009-32. A entidade outorgada carrou aos autos parte da documentação necessária à instrução processual. De igual modo, o processo passou por várias verificações, sendo a última em agosto de 2011. Após esta data, em setembro de 2013, a interessada peticionou novamente solicitando providências quanto à aprovação das suas características técnicas e ao deferimento do pedido de renovação; entretanto, o documento não chegou a ser apreciado, tendo o período vencido sem que houvesse decisão.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **18 de abril de 2019**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4073134).

13. Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente à época, qual seja, de 25 de outubro de 2018 a 25 de outubro de 2019, conforme

consta do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, posteriormente alterada pela Lei nº 13.424/2017.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8602679). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8602679).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO em 22 de novembro de 2021 (SEI 8602671 - Págs. 3-7).



18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, a entidade explora serviço de radiodifusão somente na localidade objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. De mesmo modo, o sócio administrador Aurélio Saffi, o sócio Aurélio Saffi Júnior e a sócia Márcia Cristina Saffi Stefanelli não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 8602671 - Pág. 10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 8696040).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8602679).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
  - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
  - c) o nome fantasia; e
  - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
- II - os dados da outorga, com:
- a) o estado e o município de execução do serviço; e
  - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
- III - os dados da estação, com:
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
  - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
  - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
  - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
- IV - a data de emissão da licença.
- V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
- § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.
- § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
- § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
- § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.
- § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.
- § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
- § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento

da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2020, com validade até 25 de outubro de 2029 (SEI 8602671 - Págs. 11-12).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP.

## CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 10:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/11/2021, às 10:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 10/12/2021, às 17:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8603014** e o código CRC **27F0A010**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº** , **DE** **DE** **DE 2021.**



O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

## **R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

## **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº \_\_\_\_\_ - MCOM

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de

1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 01250.018541/2019-23

SEI nº 8603014

Ofício Interno nº 14128/2021/MCOM

Brasília, 13 dezembro de 2021

A Senhora  
**Carolina Scherer Bicca**  
Consultora Jurídica  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM (8603014)**

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM (8603014), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

**William Ivo Koshevnikoff Zambelli**  
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 16/12/2021, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8898474** e o código CRC **7D088A20**.

---

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 14128/2021/MCOM - Processo nº 01250.018541/2019-23 - Nº SEI: 8898474





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADOS: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME - RADIO 89 FM**

**ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo, pelo período de 25.10.19 a 25.10.29.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo, pelo período de 25.10.19 a 25.10.29.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA N° 18034/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI n° 8603014**):

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria n° 837, de 19 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de outubro de 1979 (SEI [8603052](#) - Págs. 1-5).

7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga, referente ao decênio 1989-1999, deferido pela Administração Pública se deu por intermédio da Portaria n° 58, de 22 de junho de 1992, chancelada pelo Decreto Legislativo n° 175, de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1995 (SEI [8603052](#) - Pág. 6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 25 de outubro de 1999, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação da Portaria de outorga.

8. Concernente ao período de 1999-2009, a entidade apresentou tempestivamente o pedido de renovação no dia 12 de julho de 1999, gerando o protocolo n° [53830.001103/1999-11](#). Juntou-se ainda, naquela ocasião, boa parte da documentação exigida à época. O processo foi alvo de diversas análises de natureza técnica, por parte da Anatel, e de natureza jurídica pelo então Serviço de Comunicação Eletrônica, sendo a última em março de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9. Quanto ao decênio de 2009-2019, foi protocolado o requerimento de renovação da outorga, tempestivamente, no dia 24 de julho de 2009, sob o n° [53000.033860/2009-32](#). A entidade outorgada carreu aos autos parte da documentação necessária à instrução processual. De igual modo, o processo passou por várias verificações, sendo a última em agosto de 2011. Após esta data, em setembro de 2013, a interessada peticionou novamente solicitando providências quanto à aprovação das suas características técnicas e ao deferimento do pedido de renovação; entretanto, o documento não chegou a ser apreciado, tendo o período vencido sem que houvesse decisão.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

3. No requerimento protocolado em 18.4.2019 (SEI n° 4073135), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei*".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão*".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção,



também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM**.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 25.10.2019 e o pedido apresentado em 18.4.2019 (**SEI 4073135**).

23. Anote-se que a petição foi subscrita pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Aurélio Saffi, designado para a função, desde sua constituição, na Cláusula Décima-Terceira do Contrato Social, registrado na Junta Comercial de São Paulo em 9.3.1976 (SEI 4073145).

24. No que se refere aos períodos anteriores, 1999 a 2009 e 2009 a 2019, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 8602679).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [8602679](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja::

*Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica;*

*III - outras expressamente previstas em lei.*

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [8602679](#)).

*(...)*

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida

pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [8602679](#)).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

28. Com efeito, foi apresentada ficha cadastral simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8210241, fl. 3); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7820880, fl. 8); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 7820880, fl. 9); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 7820880, fl. 10), às Fazendas estadual (SEI nº 7820880, fl.11), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7820880, fl. 12); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 7820880, fl. 13); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 7820880, fl. 14); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 7820880, fl. 15).

29. Observa-se que a maioria das venceram recentemente. No entanto, tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

30. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em consonância com as exigências normativas (SEI nº 8210241, fl. 2 e 4073135).

31. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

(...)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2020, com validade até 25 de outubro de 2029 (SEI [8602671](#) - Págs. 11-12).

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:



19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [8602671](#) - Pág. 10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [8696040](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 22 de novembro de 2021 (SEI [8602671](#) - Págs. 3-7).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora serviço de radiodifusão somente na localidade objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. De mesmo modo, o sócio administrador Aurélio Saffi, o sócio Aurélio Saffi Júnior e a sócia Márcia Cristina Saffi Stefanelli não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.**

35. Por fim, quanto à minuta de portaria proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 29 de dezembro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795196078 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 29-12-2021 21:05. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

**DESPACHO n. 02291/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.018541/2019-23

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo o PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP, no período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP, concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

## ADVOGADO DA UNIÃO

## COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795356623 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-12-2021 10:24. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 02293/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADOS: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME - RADIO 89 FM**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795376048 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-12-2021 11:09. Número de Série: 6987129931984081748128404541. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5.

---



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 4.417, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2022, às 18:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8977832** e o código CRC **AE239D92**.



**Brasília, 30 de dezembro de 2021.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2022, às 18:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8977845** e o código CRC **D3AD8F39**.



Ofício Interno nº 14751/2022/MCOM

Brasília, 2 de janeiro de 2022

Ao Senhor  
**Wagner Primo Figueiredo Neto**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 4417/2021/MCOM-SEI (8977832) e  
Exposição de Motivos (8977845)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 18034/2021/MCOM-SEI (8603014) e no Parecer Jurídico n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (8976445), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 4417/2021/MCOM-SEI (8977832) e Exposição de Motivos (8977845), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 23/02/2022, às 16:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8980223** e o código CRC **8F8C4811**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 14751/2022/MCOM - Processo nº 01250.018541/2019-23 - Nº SEI: 8980223

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 06/04/2022 14:27:29  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 7048054  
**Data prevista de publicação:** 07/04/2022  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

## Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
14410380	PORTARIA MCOM NA 4417.rtf	0b3e434f1bfc085f b9e0532bbe5c93b6	8,00	R\$ 264,32
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 5.732, DE 29 DE MARÇO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº. 12.846/2013, e art. 3º do Decreto nº. 8.420/2015, que a regulamentou, considerando o que consta no Processo Administrativo de Responsabilização nº 01250.043664/2019-01 e no Despacho nº. 00864/2021/CONJUR-MCTI/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº. 00868/2021/CONJUR-MCTI/CGU/AGU, do Consultor Jurídico, decide ARQUIVAR o referido Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.748, DE 1º DE ABRIL DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.014991/2021-31, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa FURUKAWA ELECTRIC LATAM S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 51.775.690/0001-91, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Cabo de fibra Óptica com revestimento externo de material dielétrico, modelos: CFOAC-W-AS-UT-X-Y (W=SM, MM, BLI-A/B OU NZD; X=DE 01 A 36 FIBRAS; Y=NR, RC, COG, COR, RISER, COP OU LSZH).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.755, DE 6 DE ABRIL DE 2022

Portaria de reabilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 6º, o parágrafo único do art. 37 e o art. 51 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.000182/2022-22, de 06 de janeiro de 2022, no qual a empresa demonstrou o saneamento da inadimplência, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo do cumprimento das obrigações relativas ao ano base 2020, nos termos da legislação, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, à empresa Empresa 1 - Sistemas de Automação e Comercio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 01.862.295/0001-78, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTI nº 5.566, de 19 de janeiro de 2022, publicada no D.O.U. de 21 de janeiro de 2022, em face do adimplemento das obrigações legais, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo, nos termos da legislação.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 01.862.295/0001-78, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Aparelho de biometria para reconhecimento facial, baseado em técnica digital;

II - Aparelho para leitura de cartão inteligente e validação de dados; e

III - Aparelho transceptor para conversor entre sinal elétrico e infravermelho.

§ 2º O(s) bem(ns) e os respectivos modelos devem cumprir os correspondentes processos produtivos básicos estabelecidos.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.000182/2022-22, de 06 de janeiro de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% (quatro por cento) sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas na referida legislação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria MCTI nº 5.566, de 19 de janeiro de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.756, DE 6 DE ABRIL DE 2022

Portaria de reabilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 6º, o parágrafo único do art. 37 e o art. 51 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.000224/2022-25, de 06 de janeiro de 2022, no qual a empresa demonstrou o saneamento da inadimplência, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo do cumprimento das obrigações relativas ao ano base 2020, nos termos da legislação, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, à empresa Therma Instrumentos de Medição Automação e Projetos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 47.088.059/0001-47, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTI nº 5.552, de 19 de janeiro de 2022, publicada no D.O.U. de 21 de janeiro de 2022, em face do adimplemento das obrigações legais, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo, nos termos da legislação.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 47.088.059/0001-47, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Aparelho para acionamento de cargas elétricas, baseado em técnica digital;

II - Controlador automático de grandezas não elétricas;

III - Conversor de sinais de grandezas elétricas para tensão ou corrente em padrão de instrumentação;

IV - Detector de tensão, baseado em técnica digital; e

V - Indicador de grandezas não elétricas, baseado em técnica digital.

§ 2º O(s) bem(ns) e os respectivos modelos devem cumprir os correspondentes processos produtivos básicos estabelecidos.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.000224/2022-25, de 06 de janeiro de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% (quatro por cento) sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas na referida legislação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria MCTI nº 5.552, de 19 de janeiro de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 4.417, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 4.836, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.056596/2019-31, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 181/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00099/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de novembro de 2019, a permissão outorgada à MS UM COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ nº 03.658.113/0001-77, nos termos da Portaria nº 2.810, datada em 11 de dezembro de 2002, publicada em 17 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 76, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Siderópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA



Id solicitação: 57dbac45b10f0

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b> RADIO NOVO SOM	
<b>Telefone:</b> (14) 36411919	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 49.903.339/0001-97	<b>Número do Fistel:</b> 02008029255
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 25/10/1989	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Observações:</b> SNC363/92;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 67.359, DE 28/09/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 01/10/2007;Ato nº 5.620, de 1º/10/2009, publicado no DOU. de 02/10/2009.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Rua Lourenço Antonelli	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Colina da Barra	<b>Numero:</b> 20	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA LOURENCO ANTONELLI	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> COLINA DA BARRA	<b>Numero:</b> 20	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rodovia Barra Bonita - Jaú, SP255	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Campos Sales	<b>Numero:</b> Km 6	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua Lourenço Antonelli	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Jardim da Colina	<b>Numero:</b> 20	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 17340000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Barra Bonita	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 206	<b>Frequência:</b> 89.1 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 1.6511kW
<b>HCI:</b> 39.9 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

--



Informações Gerais	
Número da Estação: 7805837	Número Indicativo: ZYD868
Data Último Licenciamento: 24/08/2020	Número da Licença: 53500.037917/2020-47

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22°25'32" S	Longitude: 48°33'16" W	Cota da base: 708 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 1K0
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: 1.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 7/8"	Fabricante: KMP- CABOS ESPECIAIS LTDA		
Comprimento da Linha: 42.0 m	Atenuação: 1.291 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ELCP-4	Fabricante: ELMEC ELETRÔNICA MECÂNICA LTDA				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 270 °	Polarização: Circular	HCI: 39.9 m	ERP Máxima: 1.65 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.44	5°: 0.41	10°: 0.35	15°: 0.25	20°: 0.17	25°: 0.15	30°: 0.17	35°: 0.24	40°: 0.35	45°: 0.48	50°: 0.63	55°: 0.78
60°: 0.91	65°: 0.99	70°: 1.11	75°: 1.39	80°: 1.72	85°: 2.04	90°: 2.27	95°: 2.26	100°: 2.16	105°: 2.1	110°: 2.05	115°: 2.05
120°: 2.05	125°: 2	130°: 1.94	135°: 1.95	140°: 1.94	145°: 1.85	150°: 1.72	155°: 1.58	160°: 1.41	165°: 1.16	170°: 0.91	175°: 0.71
180°: 0.54	185°: 0.38	190°: 0.26	195°: 0.2	200°: 0.17	205°: 0.16	210°: 0.17	215°: 0.19	220°: 0.26	225°: 0.48	230°: 0.72	235°: 0.84
240°: 0.91	245°: 0.91	250°: 0.91	255°: 1	260°: 1.11	265°: 1.17	270°: 1.21	275°: 1.22	280°: 1.21	285°: 1.16	290°: 1.11	295°: 1.12
300°: 1.11	305°: 1.01	310°: 0.91	315°: 0.9	320°: 0.91	325°: 0.88	330°: 0.82	335°: 0.73	340°: 0.63	345°: 0.52	350°: 0.44	355°: 0.43

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 030292XXX00038	Modelo: RDFM-1000-T
Fabricante: TELAVO IND COM EQUIP P/TELECOMUNICACOES LTDA	Potência de Operação: 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> LDF5-50A	<b>Fabricante:</b> Andrew Ind e Comércio de Antenas Ltda		
<b>Comprimento da Linha:</b> 22.0 m	<b>Atenuação:</b> 1.137 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> FM BR 03	<b>Fabricante:</b> IMABRA IND DE MICROONDAS				
<b>Ganho:</b> 1.76 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> .00 °	<b>Orientação NV:</b> 310 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 23.4 m	<b>ERP Máxima:</b> 1.65 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	837	Portaria	MC	19/10/1979	25/10/1979	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	12	Portaria	MC	29/01/1980	06/01/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	10282	Despacho	MC	01/02/1982	19/02/1982	Alteração de município	Jurídico
9999	383	Portaria	MC	01/09/1989		Mudança de Local	Técnico
9999	58	Portaria	MC	22/06/1992	22/06/1992	Renovação	Jurídico
9999	158	Portaria	MC	26/07/1993		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	175	Decreto Legislativo	CN	07/12/1995	08/12/1995	Renovação	Jurídico
9999	31296	Despacho	MC	03/12/1996	27/12/1997	Advertência	Jurídico
9999	472	Portaria	MC	17/12/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	54	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
9999	591	Portaria	MC	22/11/2001	28/11/2001	Multa	Jurídico
9999	24059	Ato	ER	22/03/2002	28/03/2002	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	12	Portaria	SSCE	19/01/2007	06/03/2007	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	226	Portaria	MC	13/05/2009	11/08/2009	Multa	Jurídico
53500.079451/2017-51	13582	Ato	ORLE	06/11/2017	28/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.054998/2019-14	8198	Ato	ORLE	27/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.034634/2020-43	264	Despacho	ER01	30/07/2020		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
01250.018541/2019-23	4417	Portaria	MC	30/12/2021	07/04/2022	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	

Ofício Interno nº 18326/2022/MCOM

Brasília, 08 de abril de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (8977845)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4417/2022/SEI-MCOM (9656609), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (8977845), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 08/04/2022, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9663004** e o código CRC **2E4723DF**.

---

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 18326/2022/MCOM - Processo nº 01250.018541/2019-23 - Nº SEI: 9663004

Brasília, 11 de abril de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 7 de abril de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8650/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.018541/2019-23.**

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9683812** e o código CRC **AAA7C88E**.

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	Weberson Wayne Nobrega Peixoto
<b>IP utilizado:</b>	189.6.34.25
<b>Data e Horário:</b>	05/05/2022 14:31:40
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Processo Novo
<b>Número do Processo:</b>	00001.003743/2022-45

**Interessados:**

Weberson Wayne Nobrega Peixoto

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

<b>- Documento Principal:</b>	
- Requerimento Ofício de Encaminhamento	3349354
<b>- Documentos Complementares:</b>	
- Anexo Renovação de outorga de radiodifusão	3349355

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

EM nº 00134/2022 MCOM

Brasília, 13 de Maio de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 7 de abril de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.018541/2019-23 INTERESSADOS: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME -  
RADIO 89 FM ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo, pelo período de 25.10.19 a 25.10.29.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo, pelo período de 25.10.19 a 25.10.29.

**É**

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 8603014**):



6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 837, de 19 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de outubro de 1979 (SEI [8603052](#) - Págs. 1-5).
  7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga, referente ao decênio 1989-1999, deferido pela Administração Pública se deu por intermédio da Portaria nº 58, de 22 de junho de 1992, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1995 (SEI [8603052](#) - Pág. 6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 25 de outubro de 1999, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação da Portaria de outorga.
  8. Concernente ao período de 1999-2009, a entidade apresentou tempestivamente o pedido de renovação no dia 12 de julho de 1999, gerando o protocolo nº [53830.001103/1999-11](#). Juntou-se ainda, naquela ocasião, boa parte da documentação exigida à época. O processo foi alvo de diversas análises de natureza técnica, por parte da Anatel, e de natureza jurídica pelo então Serviço de Comunicação Eletrônica, sendo a última em março de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.
  9. Quanto ao decênio de 2009-2019, foi protocolado o requerimento de renovação da outorga, tempestivamente, no dia 24 de julho de 2009, sob o nº [53000.033860/2009-32](#). A entidade outorgada carrou aos autos parte da documentação necessária à instrução processual. De igual modo, o processo passou por várias verificações, sendo a última em agosto de 2011. Após esta data, em setembro de 2013, a interessada peticionou novamente solicitando providências quanto à aprovação das suas características técnicas e ao deferimento do pedido de renovação; entretanto, o documento não chegou a ser apreciado, tendo o período vencido sem que houvesse decisão.
  10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.
  11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análise dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.
3. No requerimento protocolado em 18.4.2019 (SEI nº 4073135), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP"*.
4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".
11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei*".
12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão*".
13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-**

**MCOM.**

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 25.10.2019 e o pedido apresentado em 18.4.2019 (**SEI 4073135**).

23. Anote-se que a petição foi subscrita pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Aurélio Saffi, designado para a função, desde sua constituição, na Cláusula Décima-Terceira do Contrato Social, registrado na Junta Comercial de São Paulo em 9.3.1976 (**SEI 4073145**).

24. No que se refere aos períodos anteriores, 1999 a 2009 e 2009 a 2019, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**
25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 8602679).
26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo



Decreto nº 10.775, de 2021)

- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [8602679](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja::

*Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica; III*

*- outras expressamente previstas em lei.*

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [8602679](#)).

*(...)*

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [8602679](#)).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

28. Com efeito, foi apresentada ficha cadastral simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8210241, fl. 3); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7820880, fl. 8); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 7820880, fl. 9); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 7820880, fl. 10), às Fazendas estadual (SEI nº 7820880, fl.11), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7820880, fl. 12); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 7820880, fl. 13); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 7820880, fl. 14); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 7820880, fl. 15).
29. Observa-se que a maioria das venceram recentemente. No entanto, tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.
30. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em consonância com as exigências normativas (SEI nº 8210241, fl. 2 e 4073135).
31. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:
22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:
- (...)
23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga.
- Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*
25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2020, com validade até 25 de outubro de 2029 (SEI [8602671](#) - Págs. 11-12).
32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:
19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [8602671](#) - Pág. 10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [8696040](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

14. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art.12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 22 de novembro de 2021 (SEI [8602671](#) - Págs. 3-7).

15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora serviço de radiodifusão somente na localidade objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. De mesmo modo, o sócio administrador Aurélio Saffi, o sócio Aurélio Saffi Júnior e a sócia Márcia Cristina Saffi Stefanelli não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.**

35. Por fim, quanto à minuta de portaria proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 29 de dezembro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL Advogada da União Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795196078 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 29-12-2021 21:05. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

**DESPACHO n. 02291/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.018541/2019-23

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo o PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP, no período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP, concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.



*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/795356623> 1/2 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/795356623>

**ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E  
TELECOMUNICAÇÕES**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795356623 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-12-2021 10:24. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 02293/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADOS: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME - RADIO 89 FM**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795376048 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-12-2021 11:09. Número de Série: 6987129931984081748128404541. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5.

---



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.018541/2019-23

INTERESSADO: RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda**, inscrita no CNPJ nº 49.903.339/0001-97, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP, referente ao **Fistel nº 02008029255** e ao período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.

### ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; e no Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

4. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 837, de 19 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de de outubro de 1979 (SEI 8603052 - Págs. 1-5).

7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga, referente ao decênio 1989-1999, deferido pela Administração Pública se deu por intermédio da Portaria nº 58, de 22 de junho de 1992, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1995 (SEI 8603052 - Pág. 6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 25 de outubro de 1999, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação da Portaria de outorga.

8. Concernente ao período de 1999-2009, a entidade apresentou tempestivamente o pedido de renovação no dia 12 de julho de 1999, gerando o protocolo nº 53830.001103/1999-11. Juntou-se ainda, naquela ocasião, boa parte da documentação exigida à época. O processo foi alvo de diversas análises de natureza técnica, por parte da Anatel, e de natureza jurídica pelo então Serviço de Comunicação Eletrônica, sendo a última em março de 2009. Não houve mais qualquer andamento no

referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9. Quanto ao decênio de 2009-2019, foi protocolado o requerimento de renovação da outorga, tempestivamente, no dia 24 de julho de 2009, sob o nº 53000.033860/2009-32. A entidade outorgada carrearou aos autos parte da documentação necessária à instrução processual. De igual modo, o processo passou por várias verificações, sendo a última em agosto de 2011. Após esta data, em setembro de 2013, a interessada peticionou novamente solicitando providências quanto à aprovação das suas características técnicas e ao deferimento do pedido de renovação; entretanto, o documento não chegou a ser apreciado, tendo o período vencido sem que houvesse decisão.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **18 de abril de 2019**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4073134).

13. Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente à época, qual seja, de 25 de outubro de 2018 a 25 de outubro de 2019, conforme consta do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, posteriormente alterada pela Lei nº 13.424/2017.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8602679). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8602679).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 22 de novembro de 2021 (SEI 8602671 - Págs. 3-7).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora serviço de radiodifusão somente na localidade objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. De mesmo modo, o sócio administrador Aurélio Saffi, o sócio Aurélio Saffi Júnior e a sócia Márcia Cristina Saffi Stefanelli não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 8602671 - Pág. 10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 8696040).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8602679).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.



23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2020, com validade até 25 de outubro de 2029 (SEI 8602671 - Págs. 11-12).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP.

## CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 10:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/11/2021, às 10:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 10/12/2021, às 17:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8603014** e o código CRC **27F0A010**.

## MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2021.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº \_\_\_\_\_ - MCOM

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 14 de maio de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda, inscrita no CNPJ nº 49.903.339/0001-97, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 134 2022 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 14/05/2022, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3369239** e o código CRC **8E5239D4** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
Assessoria Especial

OFÍCIO Nº 1372/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário-Executivo  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 134/2022 MCOM.**

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 134/2022 MCOM §369236), de autoria do Ministério das Comunicações, que submete o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*  
GIANCARLO BERNARDI POSSAMAI  
Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil  
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Giancarlo Bernardi Possamai, Assessor-Chefe**, em 16/05/2022, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3369955** e o código CRC **869B0DE2** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 134/2022 MCOM §369236), do Ministério das Comunicações ao Senhor Presidente da República, e Anexos (3369238 3369237).

**Assunto:** "Renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP."

**Trâmite do Processo:**

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tratados e tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC, de 14/05/2022 §369239) à SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CC/PR e CGAP/DPE/SAE, Pastas d competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 16/05/2022, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3370561** e o código CRC **AEDB6F34** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL**

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 331/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.018541/2019-23

**INTERESSADO:** Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda. (CNPJ 49.903.339/0001-97)

**REFERÊNCIAS:** Exposição de Motivos nº 00134/2022 MCOM, de 13/05/2022 (3369236)

Parecer de Mérito I (3369238) – Nota Técnica nº18034/2021/SEI-MCOM, de 26/11/2021

Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 29/12/2021[1] (3369237)

**ASSUNTO:** Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barra Bonita/SP

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 4.417, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020](#) que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP, a partir de 25 de outubro de 2019, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, para Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 49.903.339/0001-97, de acordo com o disposto na alínea “x)” do art. 3229 do Código Brasileiro de Telecomunicações[2], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[3].
2. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM)[4] se manifestou favorável ao ato de renovação da outorga nos termos da Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, de 26/11/2021 (3369238), com o registro de que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina pelo deferimento do pedido de renovação. Bem como, anota que em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do [Decreto-Lei nº. 236 de 28 de fevereiro de 1967](#), que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade.
4. O Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 29/12/2021 (3369237), se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, concluindo não ter sido vislumbrada irregularidade no presente processo.
5. De acordo com o § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com redação dada pelo [Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012](#), compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.
6. O quadro societário e diretoria da [Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.](#) se encontra registrado no SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário[5].
7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro[6], cujo Relatório do Canal está disponível em: [http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo\\_sistema.php?id=57dbac45b10f0&state=FM-C4](http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac45b10f0&state=FM-C4)
8. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e a existência da Lista de Verificação de Documentos – Renovação de Outorga Comercial, de 26 de novembro de 2021 (Checklist CORRC\_MCOM\_COM 8602679), e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, esta SAG/CC-PR não têm óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,

Brasília, na data da assinatura.

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO  
Assessor

De Acordo,

Brasília, na data da assinatura.

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA

Aprovo,

Brasília, na data da assinatura.

EDUARDO AGGIO DE SÁ  
Subchefe

[1] Aprovado pelo Despacho nº 02293/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 30/12/2021 da Consultora Jurídica do MCOM.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anclares.

[5] [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, Assessor(a)**, em 21/12/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Ferreira, Subchefe Adjunto(a) substituto(a)**, em 21/12/2022, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefe**, em 22/12/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3828205** e o código CRC **B31655DA** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



## Hugo Vinicius Alves

---

**De:** SAAL - Sancao e Veto  
**Enviado em:** quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 09:55  
**Para:** E-Mail da DIDOC  
**Cc:** SAAL - Atos Oficiais  
**Assunto:** Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)  
**Anexos:** Tabela 02 - 2023.01.13 - Tabela processos Radiodifusão já analisados (aguardando ass Mensagem ao CN).pdf; Tabela 01 - 2023.01.16 - Tabela processos Radiodifusão na SAJ (sem análise completa).xlsx

**Categorias:** A/C CARLOS HENRIQUE

Bom dia! Prezados,

Em atenção à solicitação do e-mail abaixo, solicitamos a devolução das Exposições de Motivos ao Ministério das Comunicações, conforme os processos indicados nas tabelas e os despachos encaminhados via SUPER.

Atenciosamente,



Subchefia Adjunta de Assuntos Legislativos  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil  
Presidência da República  
61 3411-2192/2226/2972/3324  
[saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br](mailto:saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br)

---

**De:** Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

**Enviada em:** terça-feira, 17 de janeiro de 2023 18:50

**Para:** SAJ - SARAN <saran@presidencia.gov.br>; SAAL - Sancao e Veto <saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br>

**Cc:** Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>

**Assunto:** Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)

Prezados, boa noite,

Solicito a **DEVOLUÇÃO das Exposições de Motivos/Processos** indicados na Tabela 01 e Tabela 02 (anexos), ao Ministério das Comunicações, conforme e-mail abaixo.

**Motivo da devolução:** pedido do MCOM, para reavaliação dos processos, considerando mudança no titular da Pasta.

Todos os processos da Tabela 01 já foram devidamente encerrados e encaminhados ao Gabinete no Super-SEI, com Despacho indicando a devolução das Exposições de Motivos.

Com relação aos Processos da Tabela 02 (processos já analisados, que estavam aguardando assinatura nas Mensagens ao Congresso Nacional), indicamos a existência dos seguintes processos de TVs, que **NÃO serão devolvidos, pois já possuem os respectivos Decretos, devidamente publicados:**

53900.046218/2016-07 – EM nº 0029/2022-MCOM

01250.017676/2020-13 – EM nº 0146/2021-MCOM

01250.004044/2019-48 – EM nº 0188/2022-MCOM

53740.000857/2000-31 – EM nº 0189/2021-MCOM

Muito obrigado.

At.te,

---

**De:** Felipe Nogueira Fernandes <[felipe.fernandes@presidencia.gov.br](mailto:felipe.fernandes@presidencia.gov.br)>

**Enviada em:** terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:55

**Para:** Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>

**Assunto:** Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Daniel,

Em relação aos processos de TV que já têm decreto publicado, entendo que não poderíamos devolver pois o ato do Presidente já ocorreu.

**Felipe Nogueira Fernandes**

*Advogado da União*

*Subchefe Adjunto de Infraestrutura*

*Subchefia para Assuntos Jurídicos*

*Secretaria-Geral da Presidência da República*

*Tel.:+55 (61) 3411-2040*

---

**De:** Felipe Nogueira Fernandes

**Enviado:** terça-feira, 17 de janeiro de 2023 14:34

**Para:** Daniel Christianini Nery

**Assunto:** Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezado Daniel,

Solicito a gentileza de providenciar a restituição dos processos de radiodifusão ao MCom, conforme solicitado.

**Felipe Nogueira Fernandes**

*Advogado da União*

*Subchefe Adjunto de Infraestrutura*

*Subchefia para Assuntos Jurídicos*

*Secretaria-Geral da Presidência da República*

*Tel.:+55 (61) 3411-2040*

---

**De:** Wilson Diniz Wellisch <[wilson.diniz@mcom.gov.br](mailto:wilson.diniz@mcom.gov.br)>

**Enviado:** terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:55

**Para:** Felipe Nogueira Fernandes

**Cc:** Caroline Menicucci Salgado; Guilherme Maciel Camioto; Marcus Vinícius Paolucci; Ana Maria dos Santos

**Assunto:** ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Bom dia, Dr. Felipe!

Conforme havíamos combinado, seguem processo a serem devolvidos ao MCOM para revisão.

Atenciosamente,



**De:** Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.paolucci@mcom.gov.br](mailto:marcus.paolucci@mcom.gov.br)>

**Enviada em:** terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:52

**Para:** Wilson Diniz Wellisch <[wilson.diniz@mcom.gov.br](mailto:wilson.diniz@mcom.gov.br)>

**Cc:** Caroline Menicucci Salgado <[caroline.salgado@mcom.gov.br](mailto:caroline.salgado@mcom.gov.br)>; Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>

**Assunto:** ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Wilson,

Segue as tabelas com os processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

A **TABELA 01** indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

A **TABELA 02** apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente.

Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

At.te,

Marcus Paolucci



---

**De:** Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>

**Enviado:** segunda-feira, 16 de janeiro de 2023 16:46

**Para:** Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>; Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.paolucci@mcom.gov.br](mailto:marcus.paolucci@mcom.gov.br)>; Angelina de Figueiredo Pereira <[angelina.pereira@mcom.gov.br](mailto:angelina.pereira@mcom.gov.br)>

**Cc:** Eugenio Cesar Almeida Felippetto <[eugenio.felippetto@presidencia.gov.br](mailto:eugenio.felippetto@presidencia.gov.br)>; Felipe Nogueira Fernandes <[felipe.fernandes@presidencia.gov.br](mailto:felipe.fernandes@presidencia.gov.br)>; Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho <[cicero.filho@presidencia.gov.br](mailto:cicero.filho@presidencia.gov.br)>; Talita Santana Santos Barcellos <[talita.barcellos@presidencia.gov.br](mailto:talita.barcellos@presidencia.gov.br)>; Sergio Viana Cavalcante <[Viana@presidencia.gov.br](mailto:Viana@presidencia.gov.br)>

**Assunto:** RES: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezados, boa tarde,

Conforme solicitado e indicado previamente em contato telefônico, encaminho 2 tabelas com processos de radiodifusão, para avaliação do MCOM.

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

Já a TABELA 02 apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente. Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

Nos colocamos à disposição.

At.te,

---

**De:** Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>

**Enviada em:** quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 15:26

**Para:** Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>

**Cc:** Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.paolucci@mcom.gov.br](mailto:marcus.paolucci@mcom.gov.br)>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <[eugenio.felippetto@presidencia.gov.br](mailto:eugenio.felippetto@presidencia.gov.br)>; Felipe Nogueira Fernandes <[felipe.fernandes@presidencia.gov.br](mailto:felipe.fernandes@presidencia.gov.br)>

**Assunto:** RE: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Ok, fico no aguardo.



**Ana Maria dos Santos**  
Agente Administrativo  
Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

+55 61 2027-6302

[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)

Sala 303, 3º andar - Esplanada dos Ministérios,  
Bloco R, CEP: 70044-902 - Brasília/DF - Brasil

[gov.br/mcom](http://gov.br/mcom)

[govcomunicacoes](http://govcomunicacoes)

**De:** Daniel Christianini Nery <[daniel.nery@presidencia.gov.br](mailto:daniel.nery@presidencia.gov.br)>

**Enviado:** quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 14:54

**Para:** Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)>

**Cc:** Marcus Vinícius Paolucci <[marcus.paolucci@mcom.gov.br](mailto:marcus.paolucci@mcom.gov.br)>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <[eugenio.felippetto@presidencia.gov.br](mailto:eugenio.felippetto@presidencia.gov.br)>; Felipe Nogueira Fernandes <[felipe.fernandes@presidencia.gov.br](mailto:felipe.fernandes@presidencia.gov.br)>

**Assunto:** Re: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

prezados, boa tarde,

Elaboraremos a tabela e encaminharemos em breve, conforme solicitado.

At.te,

Em 12 de jan. de 2023, em 10:27, Ana Maria dos Santos <[anamaria.santos@mcom.gov.br](mailto:anamaria.santos@mcom.gov.br)> escreveu:

Prezado Daniel,

Seguindo orientação superior, solicito de Vossa Senhoria a possibilidade de envio de uma planilha com os dados dos processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

att,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 26 de janeiro de 2023.

**ASSUNTO: Devolução da EXM 134 2022 MCOM**

Conforme solicitado, informo a devolução da EXM 134 2022 MCOM via SIDOF.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 26/01/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3916298** e o código CRC **5F672E4A** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## DESPACHO

**PROCESSO: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADA: RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.**

1. Por meio da Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 14128/2021/MCOM e do Parecer nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP, referente ao período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029 (SUPER 8603014, 8898474 e 8976445).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 2022, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 9656609). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM (SUPER 8603014).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11023216, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 25/07/2023, às 12:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 19:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11023196** e o código CRC **4DE7713C**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (11023216)

Referência: Processo nº 01250.018541/2019-23

Documento nº 11023196

**MINUTA DE**  
**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 7 de abril de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 25/07/2023, às 12:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 19:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11023216** e o código CRC **91894EB6**.

---

**Referência:** Processo nº 01250.018541/2019-23

Documento nº 11023216



EM Nº 136/2023/MCOM

Brasília, 26 de julho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 7 de abril de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11031093** e o código CRC **4579885F**.



Ofício Interno nº 39220/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11031093)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM (8603014) e Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (8976445), encaminho a Exposição de Motivos (11031093), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11031101** e o código CRC **7C11B8FE**.

Ofício Interno nº 40768/2023/MCOM

Brasília, 30 de agosto de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11031093)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4417/2022/SEI-MCOM (9656609), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11031093), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11087601** e o código CRC **F212F46A**.

Brasília, 1 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 7 de abril de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 26059/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.018541/2019-23.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 04/09/2023, às 10:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11095328** e o código CRC **46381FFD**.



<b>Usuário Externo (signatário):</b>	Helenucia Bezerra de Araujo
<b>Data e Horário:</b>	24/10/2023 16:53:28
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Intercorrente
<b>Número do Processo:</b>	01250.018541/2019-23
<b>Interessados:</b>	

RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA NO MUNICIPIO DE BARRA BONITA, ESTADO DE SÃO PAULO/SP

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Despacho Coordenação de Renovação de Outorga	4676208
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4676209
- Exposição de Motivos Nº 136/2023/MCOM	4676210
- OFICIO Interno nº 39220/2023/MCOM	4676211
- OFICIO Interno nº 40768/2023/MCOM	4676212
- Exposição de Motivos nº 00498/2023 MCOM	4676213
- OFICIO Nº 26059/2023/MCOM	4676214

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

EM nº 00498/2023 MCOM

Brasília, 1 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 7 de abril de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADOS: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME - RADIO 89 FM**

**ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo, pelo período de 25.10.19 a 25.10.29.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo, pelo período de 25.10.19 a 25.10.29.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 8603014**):

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 837, de 19 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de de outubro de 1979 (SEI [8603052](#) - Págs. 1-5).

7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga, referente ao decênio 1989-1999, deferido pela Administração Pública se deu por intermédio da Portaria nº 58, de 22 de junho de 1992, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1995 (SEI [8603052](#) - Pág. 6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 25 de outubro de 1999, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação da Portaria de outorga.

8. Concernente ao período de 1999-2009, a entidade apresentou tempestivamente o pedido de renovação no dia 12 de julho de 1999, gerando o protocolo nº [53830.001103/1999-11](#). Juntou-se ainda, naquela ocasião, boa parte da documentação exigida à época. O processo foi alvo de diversas análises de natureza técnica, por parte da Anatel, e de natureza jurídica pelo então Serviço de Comunicação Eletrônica, sendo a última em março de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9. Quanto ao decênio de 2009-2019, foi protocolado o requerimento de renovação da outorga, tempestivamente, no dia 24 de julho de 2009, sob o nº [53000.033860/2009-32](#). A entidade outorgada carrou aos autos parte da documentação necessária à instrução processual. De igual modo, o processo passou por várias verificações, sendo a última em agosto de 2011. Após esta data, em setembro de 2013, a interessada peticionou novamente solicitando providências quanto à aprovação das suas características técnicas e ao deferimento do pedido de renovação; entretanto, o documento não chegou a ser apreciado, tendo o período vencido sem que houvesse decisão.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

3. No requerimento protocolado em 18.4.2019 (SEI nº 4073135), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais



5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens*".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei*".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão*".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção,

também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM**.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão expirou em 25.10.2019 e o pedido apresentado em 18.4.2019 (**SEI 4073135**).

23. Anote-se que a petição foi subscrita pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Aurélio Saffi, designado para a função, desde sua constituição, na Cláusula Décima-Terceira do Contrato Social, registrado na Junta Comercial de São Paulo em 9.3.1976 (SEI 4073145).

24. No que se refere aos períodos anteriores, 1999 a 2009 e 2009 a 2019, independentemente das razões que tenham dado causa à não conclusão dos processos em questão, observa-se que a entidade solicitou a renovação da outorga, mas não houve posicionamento conclusivo da Administração Pública. Dessa forma, entendemos não ser possível penalizá-la neste momento em razão da mora administrativa na análise do pedido, motivo pelo qual opinamos pelo conhecimento do presente processo de renovação. **Por outro lado, não se pode deixar de registrar que compete à autoridade administrativa, que possui contato com a realidade fática que ensejou a não conclusão das análises em comento, tomar as providências cabíveis no caso de serem detectados indícios de responsabilidades pessoais dos agentes públicos envolvidos.**

25. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 8602679).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\( Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [8602679](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja::

*Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica;*

*III - outras expressamente previstas em lei.*

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI [8602679](#)).

*(...)*

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida



pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [8602679](#)).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

28. Com efeito, foi apresentada ficha cadastral simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8210241, fl. 3); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7820880, fl. 8); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 7820880, fl. 9); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 7820880, fl. 10), às Fazendas estadual (SEI nº 7820880, fl.11), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7820880, fl. 12); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 7820880, fl. 13); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 7820880, fl. 14); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 7820880, fl. 15).

29. Observa-se que a maioria das venceram recentemente. No entanto, tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

30. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em consonância com as exigências normativas (SEI nº 8210241, fl. 2 e 4073135).

31. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

(...)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2020, com validade até 25 de outubro de 2029 (SEI [8602671](#) - Págs. 11-12).

32. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [8602671](#) - Pág. 10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [8696040](#)).

33. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 22 de novembro de 2021 (SEI [8602671](#) - Págs. 3-7).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora serviço de radiodifusão somente na localidade objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. De mesmo modo, o sócio administrador Aurélio Saffi, o sócio Aurélio Saffi Júnior e a sócia Márcia Cristina Saffi Stefanelli não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

34. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.**

35. Por fim, quanto à minuta de portaria proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 29 de dezembro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795196078 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 29-12-2021 21:05. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

**DESPACHO n. 02291/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.018541/2019-23

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão - SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo o PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP, no período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita/SP, concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**



ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795356623 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-12-2021 10:24. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 02293/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADOS: RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME - RADIO 89 FM**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250018541201923 e da chave de acesso c4667767

---

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795376048 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-12-2021 11:09. Número de Série: 6987129931984081748128404541. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5.

---

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 5.732, DE 29 DE MARÇO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº. 12.846/2013, e art. 3º do Decreto nº. 8.420/2015, que a regulamentou, considerando o que consta no Processo Administrativo de Responsabilização nº 01250.043664/2019-01 e no Despacho nº. 00864/2021/CONJUR-MCTI/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº. 00868/2021/CONJUR-MCTI/CGU/AGU, do Consultor Jurídico, decide ARQUIVAR o referido Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.748, DE 1º DE ABRIL DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.014991/2021-31, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa FURUKAWA ELECTRIC LATAM S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 51.775.690/0001-91, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Cabo de fibra Óptica com revestimento externo de material dielétrico, modelos: CFOAC-W-AS-UT-X-Y (W=SM, MM, BLI-A/B OU NZD; X=DE 01 A 36 FIBRAS; Y=NR, RC, COG, COR, RISER, COP OU LSZH).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.755, DE 6 DE ABRIL DE 2022

Portaria de reabilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 6º, o parágrafo único do art. 37 e o art. 51 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.000182/2022-22, de 06 de janeiro de 2022, no qual a empresa demonstrou o saneamento da inadimplência, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo do cumprimento das obrigações relativas ao ano base 2020, nos termos da legislação, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, à empresa Empresa 1 - Sistemas de Automação e Comercio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 01.862.295/0001-78, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTI nº 5.566, de 19 de janeiro de 2022, publicada no D.O.U. de 21 de janeiro de 2022, em face do adimplemento das obrigações legais, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo, nos termos da legislação.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 01.862.295/0001-78, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Aparelho de biometria para reconhecimento facial, baseado em técnica digital;

II - Aparelho para leitura de cartão inteligente e validação de dados; e

III - Aparelho transceptor para conversor entre sinal elétrico e infravermelho.

§ 2º O(s) bem(ns) e os respectivos modelos devem cumprir os correspondentes processos produtivos básicos estabelecidos.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.000182/2022-22, de 06 de janeiro de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% (quatro por cento) sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas na referida legislação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria MCTI nº 5.566, de 19 de janeiro de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.756, DE 6 DE ABRIL DE 2022

Portaria de reabilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 6º, o parágrafo único do art. 37 e o art. 51 do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.000224/2022-25, de 06 de janeiro de 2022, no qual a empresa demonstrou o saneamento da inadimplência, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo do cumprimento das obrigações relativas ao ano base 2020, nos termos da legislação, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, à empresa Therma Instrumentos de Medição Automação e Projetos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ sob o nº 47.088.059/0001-47, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTI nº 5.552, de 19 de janeiro de 2022, publicada no D.O.U. de 21 de janeiro de 2022, em face do adimplemento das obrigações legais, por meio da apresentação de Relatório Demonstrativo, nos termos da legislação.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 47.088.059/0001-47, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Aparelho para acionamento de cargas elétricas, baseado em técnica digital;

II - Controlador automático de grandezas não elétricas;

III - Conversor de sinais de grandezas elétricas para tensão ou corrente em padrão de instrumentação;

IV - Detector de tensão, baseado em técnica digital; e

V - Indicador de grandezas não elétricas, baseado em técnica digital.

§ 2º O(s) bem(ns) e os respectivos modelos devem cumprir os correspondentes processos produtivos básicos estabelecidos.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.000224/2022-25, de 06 de janeiro de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% (quatro por cento) sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas na referida legislação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria MCTI nº 5.552, de 19 de janeiro de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 4.417, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 4.836, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.056596/2019-31, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 181/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00099/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de novembro de 2019, a permissão outorgada à MS UM COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ nº 03.658.113/0001-77, nos termos da Portaria nº 2.810, datada em 11 de dezembro de 2002, publicada em 17 de dezembro de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 76, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Siderópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM

**PROCESSO: 01250.018541/2019-23**

**INTERESSADO: RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA.**

**VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda**, inscrita no CNPJ nº 49.903.339/0001-97, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP, referente ao **Fistel nº 02008029255** e ao período de 25 de outubro de 2019 a 25 de outubro de 2029.

## ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; e no Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

4. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa



jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 837, de 19 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de de outubro de 1979 (SEI 8603052 - Págs. 1-5).

7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga, referente ao decênio 1989-1999, deferido pela Administração Pública se deu por intermédio da Portaria nº 58, de 22 de junho de 1992, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1995 (SEI 8603052 - Pág. 6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida desde 25 de outubro de 1999, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação da Portaria de outorga.

8. Concernente ao período de 1999-2009, a entidade apresentou tempestivamente o pedido de renovação no dia 12 de julho de 1999, gerando o protocolo nº 53830.001103/1999-11. Juntou-se ainda, naquela ocasião, boa parte da documentação exigida à época. O processo foi alvo de diversas análises de natureza técnica, por parte da Anatel, e de natureza jurídica pelo então Serviço de Comunicação Eletrônica, sendo a última em março de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9. Quanto ao decênio de 2009-2019, foi protocolado o requerimento de renovação da outorga, tempestivamente, no dia 24 de julho de 2009, sob o nº 53000.033860/2009-32. A entidade outorgada carreu aos autos parte da documentação necessária à instrução processual. De igual modo, o

processo passou por várias verificações, sendo a última em agosto de 2011. Após esta data, em setembro de 2013, a interessada peticionou novamente solicitando providências quanto à aprovação das suas características técnicas e ao deferimento do pedido de renovação; entretanto, o documento não chegou a ser apreciado, tendo o período vencido sem que houvesse decisão.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Radiodifusão possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **18 de abril de 2019**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4073134).

13. Portanto, o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente à época, qual seja, de 25 de outubro de 2018 a 25 de outubro de 2019, conforme consta do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, posteriormente alterada pela Lei nº 13.424/2017.

14. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8602679). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização

ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8602679).

17. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 22 de novembro de 2021 (SEI 8602671 - Págs. 3-7).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora serviço de radiodifusão somente na localidade objeto de análise dos presentes autos e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. De mesmo modo, o sócio administrador Aurélio Saffi, o sócio Aurélio Saffi Júnior e a sócia Márcia Cristina Saffi Stefanelli não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 8602671 - Pág. 10). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 8696040).

20. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8602679).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

22. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do

projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*



25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2020, com validade até 25 de outubro de 2029 (SEI 8602671 - Págs. 11-12).

26. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Barra Bonita/SP.

## CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 10:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 26/11/2021, às 10:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 10/12/2021, às 17:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8603014** e o código CRC **27F0A010**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2021.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2021.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA (CNPJ nº 49.903.339/0001-97), nos termos da Portaria nº 837, datada em 19 de outubro de 1979, publicada em 25 de outubro de 1979, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 25 de outubro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 498 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 25/10/2023, às 07:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4676892** e o código CRC **E6003639** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3869/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 498/2023 MCOM 4676888), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 25/10/2023, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4678234** e o código CRC **4EB6CED5** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.018541/2019-23

SUPER nº 4678234

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>





Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 498/2023 MCOM (4676888), do Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Encaminhamento de Exposição de Motivos.

**Trâmites do Processo:**

Despacho DIPUBL/CODOC/DIALOG/SA/SE/CC/PR (4676892), endereçado aos Protocolos da CC/PR, SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, e à CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 3869/GM/CC/PR (4678234), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 26/10/2023, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4682939** e o código CRC **13500E23** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.018541/2019-23

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 431 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	01250.018541/2019-23

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.018541/2019-23, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA**, CNPJ nº 49.903.339/0001-97, na localidade de **Barra Bonita/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, consoante ao disposto na **NOTA TÉCNICA Nº 18034/2021/SEI-MCOM 4676891** chancelada pelo Parecer nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 4676889), tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à

outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.018541/2019-23, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**AMANDA MARQUES RIBEIRO**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

---

[\[1\]](#) A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[\[2\]](#) Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[\[3\]](#) RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do*

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 23/07/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5783717** e o código CRC **463720AF** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 456/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.018541/2019-23.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00498/2023 MCOM, de 1 de Setembro de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barra Bonita (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00498/2023 MCOM (4676213), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.018541/2019-23, acompanhado da [Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de outubro de 2019, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 49.903.339/0001-97, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 00575/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 29/12/2021 (4676889), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
  - Nota Técnica nº 18034/2021/SEI-MCOM, de 10/12/2021 (4676891), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)<sup>[3]</sup>, ratificada pelo Despacho, de 25/07/2023 (4676208), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 26/11/2021 (3349355, p. 129-136), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[4]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[5]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	49.903.339/0001-97
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	MARCIA CRISTINA SAFFI STEFANELLI
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	AURELIO SAFFI JUNIOR
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	AURELIO SAFFI
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/06/2024 às 15:32 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 28/08/2024, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 28/08/2024, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 28/08/2024, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5832688** e o código CRC **C54DD7A6** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

MENSAGEM Nº 957

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2022, que renova, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Brasília, 29 de agosto de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 30 de agosto de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6045679) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 30/08/2024, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6045681** e o código CRC **2DA8F10B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 30 de agosto de 2024.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 01250.018541/2019-23.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura da respectiva Mensagem ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 01250.018541/2019-23, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**  
Assessor  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 30/08/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6047180** e o código CRC **313AE881** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2022, que renova, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 957, de 29 de agosto de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 4.417, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2022, que renova, a partir de 25 de outubro de 2019, a permissão outorgada à Rádio Novo Som de Barra Bonita Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6049120).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 02/09/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6049122** e o código CRC **374B9E4B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)